

PRODETUR SALVADOR

**REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E
PRAÇA CASTRO ALVES**

**PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS
AVALIAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS E SOCIAIS
VERSÃO FINAL**

**Salvador – BA
Março de 2020**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	DESCRIÇÃO DAS OBRAS DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E PRAÇA CASTRO ALVES	4
3	MARCO LEGAL	11
3.1	Política Nacional de Assistência Social	12
3.2	Direitos Humanos	14
3.3	Aspectos Legais na Esfera Federal	15
3.4	Legislação Estadual	31
3.5	Legislação Municipal	32
4	POLÍTICAS E SALVAGUARDAS	34
4.1	Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas	34
4.2	Responsabilidades Institucionais para a Gestão Ambiental	36
5	PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS	40
6	AValiação DE PASSIVOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	44
7	PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS	46
7.1	Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras - PDPGA	46
7.2	Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAO	51
7.3	Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas – PCS	68
7.4	Programa de Consulta Pública Comunitária– PCPC	74
7.5	Programa de Educação Ambiental – PEA	76
7.6	Programa de Gênero e Vulnerabilidade– PGV	77
7.7	Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços– PCIE	78
7.8	Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra - PDETCO	80

ANEXO 1 - Plano de Ação Corretiva dos Passivos Ambientais – PACPA

ANEXO 2 - Código de Ética e Conduta

ANEXO 3 - Ofício da Transalvador sobre as Medidas de Mitigação de Tráfego

1 INTRODUÇÃO

O Município do Salvador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o Contrato de Empréstimo nº 3682/OC-BR, visando o financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR SALVADOR. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) é o órgão executor do Programa e para coordenar, supervisionar e gerir operacional e financeiramente foi criada uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP).

O PRODETUR SALVADOR está inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, que busca o desenvolvimento da atividade turística nos estados brasileiros, de suas capitais e municípios, com mais de um milhão de habitantes, cuja execução se dá por intervenções públicas através de projetos e ações que fortaleçam a atividade do turismo sustentável, constituindo-se, dessa forma, numa importante alternativa econômica geradora de emprego e renda, além de apoiar a implantação, recuperação ou adequação da infraestrutura pública e a sua conservação.

O PRODETUR SALVADOR busca promover o desenvolvimento do turismo, visando o aumento da renda e do emprego formal da população de Salvador, com ênfase na cultura local e nos afrodescendentes, aumentar os gastos dos turistas em visita à cidade, assim como a parcela desses gastos que beneficia à população local e, particularmente, à população afrodescendente, mediante o incentivo ao turismo cultural e de sol e praia, à melhoria da infraestrutura e o apoio institucional à gestão do turismo.

Estes objetivos correspondem respectivamente aos 04 componentes do PRODETUR SALVADOR:

- Componente I – Produto Turístico Competitivo e Socialmente Inclusivo, que está voltado para o incentivo aos produtos de turismo cultural e de sol e praia, em áreas de Salvador com comprovado e significativo potencial turístico e inseridas na área de abrangência do Programa, mediante a valorização dos principais atrativos turísticos que são bens públicos e a estruturação de cadeias de valor competitivas e socialmente inclusivas da comunidade afrodescendente.
- Componente II – Comercialização Turística, que contemplará ações que visam melhorar o posicionamento turístico de Salvador como destino cultural e de sol e praia, procurando aumentar a proporção de turistas de lazer que visitem a cidade influenciados pela promoção turística.
- Componente III – Fortalecimento Institucional, voltado à gestão turística dentro da Prefeitura, visando integrar ações orientadas a fortalecer a capacidade de gestão do turismo a nível municipal, favorecendo a atuação do COMTUR – Conselho Municipal do Turismo e incentivando uma maior participação da comunidade afrodescendente no setor.
- Componente IV - Gestão Ambiental, dirigido a melhorar a gestão ambiental no setor de turismo, por meio da melhoria da gestão dos resíduos sólidos e da gestão do litoral nas áreas turísticas que serão beneficiadas pelas obras do Componente I.

Previsto no componente I do PRODETUR Salvador está a obra de **Requalificação Urbana da Avenida Sete de Setembro e Praça Castro Alves** e, com a finalidade específica de orientar as ações sociais e ambientais da referida obra, foi elaborado este **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)**. O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) é um instrumento de gestão para gerenciar os riscos e impactos ambientais e sociais das obras financiadas pelo BID, em especial aquelas classificadas na categoria B. E nele são desenhados os programas que detalham medidas preventivas, mitigadoras e corretivas e que estabelecem procedimentos de ações socioambientais para atuarem sobre os impactos ambientais e sociais adversos ou negativos, e na potencialização dos impactos positivos (cuidados e medidas que visam garantir e amplificar os impactos benéficos causados pelo Programa).

Este documento está baseado nas análises diagnósticas e prognósticas dos Estudos Ambientais elaborados para o PRODETUR Salvador, incluindo o PGAS elaborado no ano de 2016. Neste documento também são incluídos os órgãos e entidades que têm a contribuir e participar da gestão socioambiental da obra, em consonância com suas competências no âmbito da administração pública municipal.

A aplicação do PGAS contribuirá para uma assistência técnica à Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT, através de sua agência executora do Programa, e demais entes relacionados com as intervenções, a fim de cumprirem as salvaguardas sociais e ambientais regidas pelas políticas operacionais do BID.

2 DESCRIÇÃO DAS OBRAS DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E PRAÇA CASTRO ALVES

O Programa prevê intervenções físicas de requalificação de áreas urbanas ao longo da Avenida Sete de Setembro e da Praça Castro Alves. As obras de requalificação ocorrem em ambiente antropizado gerando impactos sociais e ambientais de diversas naturezas, mas, em grande parte, restritos a área diretamente afetada e de entorno imediato do empreendimento.

A Avenida Sete de Setembro é uma das principais vias arteriais da cidade de Salvador unindo o bairro da Barra à Praça Castro Alves e percorrendo o centro antigo da cidade, perfazendo uma extensão aproximada total de 4,7 km. Os trechos da orla da avenida e outras seções devem sofrer intervenções para a melhoria da pavimentação, drenagem, implantação de ciclovias, passeios, praças e áreas de lazer.

A Avenida Sete de Setembro integrante do núcleo histórico de Salvador passou por um processo de intervenção física no Governo de J.J Seabra, na primeira metade do século XX, como parte de um plano de remodelação urbana. Nos seus 100 (cem) anos de existência, esta via transformouse e se consolidou como um espaço residencial e comercial, atraindo um grande número de pessoas que moram, estudam, trabalham e circulam no território, em busca dos vários produtos comercializados e dos serviços prestados pelo comércio formal e informal.

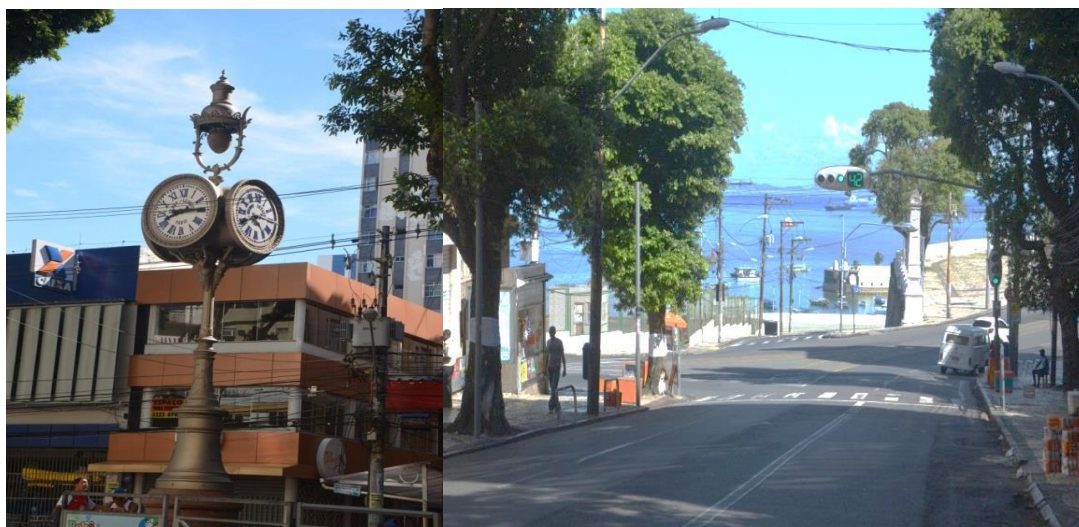
A “Avenida Sete”, como é chamada e conhecida no cotidiano dos baianos, também é palco de manifestações culturais cujo ápice é o carnaval quando se transforma no Circuito Osmar, em homenagem a um dos criadores do trio elétrico, abrindo espaço para o desfile de blocos carnavalescos, afoxés e diversas agremiações de afirmação da identidade afro-brasileira que arrastam multidões de foliões cujas origens são as mais variadas. Manifestações religiosas,

movimentos sociais e sindicais também costumam ocupar o espaço para dar maior visibilidade às suas lutas junto à sociedade de modo geral.

A intervenção prevista no projeto executivo das obras de requalificação da Avenida Sete de Setembro e Praça Castro Alves considera a reurbanização referente a nova pavimentação na via principal, alargamento de um dos lados da calçada, passando de 2,5 metros para 5 metros, novo sistema de iluminação, criação de uma vala técnica para uso das empresas de telecomunicações, paisagismo, dentre outras, que vão facilitar a mobilidade do pedestre, valorizando o uso da nova via.

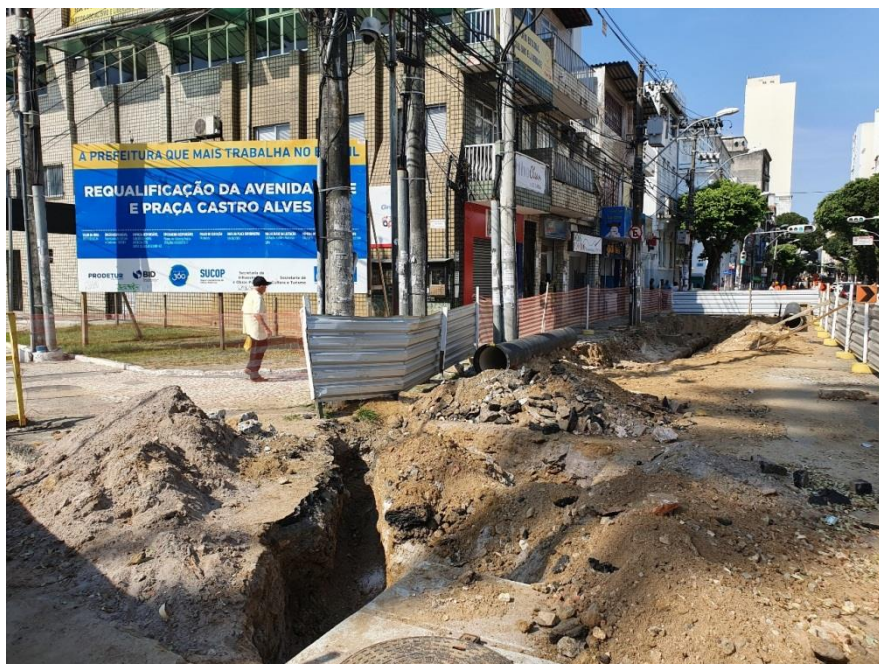
Diante da complexidade histórica da região, um processo de verificação arqueológica precede à etapa de obras. Pontos de prospecção estão sendo realizados ao longo de toda a Avenida, bem como o resgate do material arqueológico identificado ao longo do trecho, sob o acompanhamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Foto 1 – Imagens da Avenida Sete antes da implantação das obras



Fonte: CONCREMAT/EVA, 2015

Foto 2 – Trecho em obra da Avenida Sete



Fonte: Marcelo da Costa, 2019

Foto 3 – Trecho em obra da Avenida Sete com presença de sítio histórico identificado



Fonte: Marcelo da Costa, 2019

Foto 4 – Trecho da Avenida Sete em obras



Fonte: Marcelo da Costa, 2019

A poligonal de intervenção engloba o trecho da Avenida Sete de Setembro entre a Praça da Aclamação e a Praça Castro Alves. Esta é uma área de importância histórica e cultural da cidade de Salvador, onde estão localizadas edificações importantes tais como: Edifício Sulacap, o Mosteiro de São Bento, o Instituto Geográfico e Histórico, dentre outros. Além disso, este trecho da Avenida Sete de Setembro configura-se como importante eixo comercial de Salvador.

A área de intervenção abrange a extensão e passeios da Avenida Sete de Setembro, compreendidos entre a Praça da Aclamação e a Praça Castro Alves, conforme representado na figura a seguir.

Figura 1 – Área de Inserção das Obras da Av. Sete de Setembro



Legenda: 1. Praça da Aclamação, 2. Rua Carlos Gomes, 3. Largo 2 de Julho, 4. Praça da Piedade, 5. Praça Barão de Rio Branco (Relógio de São Pedro), 6. Mosteiro de São Bento, 7. Praça Castro Alves, 8. Av. Lafayette Coutinho (Contorno).

Fonte: CONCREMAT/EVA, 2015

O projeto de requalificação contempla obras civis referente a construção de canalização subterrânea para futuro rebaixamento das redes de telecomunicações abrangendo as empresas: OI, GVT, SIM TV, NET, CEMIG TELECOM, COMPULINE, REMESSA, TIM, VIVO, EMBRATEL, USE TELECOM, ALSATE, COGEL, bem como a canalização subterrânea para instalação da rede de gás.

Este projeto não contempla as interligações das operadoras de telecomunicações com os consumidores, assinantes e/ou usuários. Sendo assim, é de extrema relevância a participação das concessionárias e dos representantes das empresas de serviços públicos durante a execução da obra.

A seguir, são apresentadas infraestruturas previstas na implantação.

Parklets

Criação de espaços PARKLETS na faixa de estacionamento, ao longo da Avenida Sete de Setembro. Os Parklets surgiram em São Francisco, EUA, com a intenção de fornecer mais espaço para as pessoas, convertendo vagas de estacionamento de veículos em espaços temporários de recreação e de descanso, como extensão do espaço da calçada. O objetivo é tornar o espaço da Avenida Sete de Setembro mais humano e amigável.

São propostas 03 (três) áreas de Parklets, com lixeiras, jardineiras, bancos e paraciclos. Essas estruturas são todas removíveis e montadas no local. Cada espaço Parklet ocupa 02 (duas) vagas de estacionamento de automóveis, ou seja, 11,00 (onze) metros de comprimento por 2,20 (dois e vinte) metros de largura.

Interseção para Pedestres

Criação de 12 (doze) áreas de Interseção para Pedestres, visando proporcionar mais conforto aos usuários ao atravessar a via. Essas áreas terão piso em concreto e proteção através de balizadores metálicos (aço inox) removíveis. Ao esperar para atravessar a via, o pedestre terá mais espaço e a aglomeração de pessoas em horários mais críticos não atrapalhará a livre circulação nos passeios, pois essas interseções estão localizadas na faixa também destinada a estacionamento e Parklets.

Jardim

Requalificação e Redesenho de uma área de jardim, proporcionando um local de descanso com bancos e arborização adequada. Localizado na esquina da Rua Carlos Gomes com a Avenida Sete de Setembro.

Rampas para Veículos

Rampas de acesso de veículos estão projetadas para interferirem o mínimo possível na continuidade dos passeios, oferecendo aos pedestres um caminhar mais contínuo e seguro.

Rampas para Pedestres

Rampas de pedestres serão criadas seguindo a legislação municipal e a NBR9050/2015, quanto a acessibilidade, com inclinação máxima de 8% (oito por cento). Como ao longo da área de intervenção os passeios não mantêm a mesma largura, as rampas foram adaptadas de acordo com a necessidade de cada local de implantação.

Faixas Elevadas

Nos cruzamentos com as ruas das Quebranças, Pedro Autran e Paraíso são propostas faixas elevadas de travessia de pedestres devido à pouca largura ou quase inexistência de passeios nestas vias transversais à Avenida Sete de Setembro.

Sinalização Tátil

Nos passeios será adotada a sinalização tátil de alerta para sinalizar rampas, degraus de escadas, acessos de garagens e mudanças de direção, e a sinalização tátil direcional em todo o percursodos passeios, conforme NBR9050 e NBR16537, visando a boa fluidez e segurança dos transeuntes. Esta determinação foi fruto de reuniões com a Fundação Mário Leal Ferreira – FMLFe Marília Moreira Cavalcanti, Diretora de Acessibilidade da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia. A trilha tátil está projetada para ser instalada a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do limite das edificações, ao longo de todos os passeios da avenida.

Marcação de vagas ao longo da via

Reorganização da faixa de estacionamento. Além de vagas para automóveis, são previstas vagas para motocicletas e vagas P.C.D, sendo estas últimas em acordo com NBR 9050/2015.

Alegretes

Reordenação dos alegretes, delimitando melhor os espaços ocupados pelas árvores ao longo dos passeios visando a eliminação das agressões causadas às árvores.

Lixeiras

Visando maior higiene e limpeza para área, foram propostas lixeiras a cada 50 (cinquenta) metros ao longo dos passeios. As lixeiras estão localizadas de forma a não interferir na área de circulação nos passeios, distando do meio-fio em torno de 20 (vinte) centímetros.

Nova paginação de piso

A paginação de piso proposta para os passeios levou em consideração a história da Avenida Sete de Setembro que possui como marca registrada a utilização da pedra portuguesa. Optou-se, então, por deixar uma faixa acessível em granito e a utilização de um padrão mais limpo e ritmado para pedra portuguesa que fizesse referência ao “teclado de piano”, uma vez que esta avenida é palco de uma das maiores festas populares ligadas a música, que é o carnaval. O novo piso adentra as galerias de uso público respeitando os acessos de rampas e escadas existentes.

O projeto elaborado preocupou-se com a flexibilidade dos espaços propostos, principalmente devido à inserção da área no circuito de tráfego elétrico durante o período carnavalesco. Por isso, os elementos que compõem os parklets e as áreas de pedestres são modulados e removíveis, podendo ser retirados em momentos de uso específico.

Áreas Especiais

Foram identificadas, como áreas especiais, as calçadas do Mosteiro de São Bento, do Instituto Geográfico, a das Igrejas de São Pedro e do Rosário. As calçadas, em questão, executadas tanto em concreto lavado, quanto em pedras portuguesas de formato irregular, em tons de preto e branco, apresentam desenhos cujo padrão deverá ser incorporado a este projeto.

3 MARCO LEGAL

Para assegurar a sustentabilidade socioambiental do processo de desenvolvimento turístico no Município de Salvador há que considerar, entre outros fatores de ordem técnica, econômica e financeira, o cumprimento das diretrizes e normas ambientais e sociais pertinentes à legislação do País e às exigências do BID. Também é essencial a definição dos papéis e das responsabilidades das entidades públicas envolvidas no Programa. O presente capítulo se ocupa das diretrizes e normas aplicáveis aos projetos do Programa e dessas entidades.

Os princípios, as diretrizes e o contexto institucional referente às políticas de proteção do meio ambiente expressam-se na legislação vigente no País e nos programas de gestão ambiental, nos âmbitos dos governos federal e estadual e da administração municipal.

A Constituição Federal contém um capítulo dedicado às questões ambientais e trata, em outras seções, das obrigações do Estado e da sociedade para com o meio ambiente, considerando como direito fundamental da sociedade a fruição de um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. A defesa do meio ambiente é tida como um princípio constitucional que fundamenta a atividade econômica.

A Constituição Federal, nos Artigos 3º e 6º, estabelece procedimentos a serem observados referentes à vulnerabilidade social e direitos sociais, e que são considerados no trabalho técnico social, notadamente para evitar os passivos previstos neste PGAS.

A integração dos órgãos e instituições envolvidos com o uso dos recursos ambientais e a proteção do meio ambiente, em todas as esferas de governo, se deu já em 1981, com a promulgação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto e suas alterações, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

Uma importante consequência dessa lei foi a orientação da gestão ambiental no sentido da melhoria da qualidade do meio ambiente em benefício da saúde e de um desenvolvimento econômico em harmonia com a proteção ambiental, o que vigora até o presente. O meio ambiente passou a ser considerado patrimônio público a ser protegido, tendo em vista o uso racional dos recursos ambientais.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu uma série de instrumentos de gestão a serem empregados em sua implementação. Entre eles, interessam ao controle ambiental das atividades e projetos e à gestão ambiental do PRODETUR Salvador (i) os padrões ambientais e (ii) o licenciamento e a avaliação de impacto ambiental. A partir da década de 1990, desenvolveram-se outros instrumentos, como a auditoria ambiental e a avaliação ambiental estratégica (AAE), esta implementada pela SECULT para a avaliação ambiental do Programa.

3.1 Política Nacional de Assistência Social

Além da Política Nacional do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, decidiram elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstrando a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A versão preliminar foi apresentada ao CNAS, em 23 de junho de 2004, pelo MDS/ SNAS, tendo sido amplamente divulgada e discutida em todos os Estados brasileiros nos diversos encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras que garantiram o caráter democrático e descentralizado do debate envolvendo um grande contingente de pessoas em cada Estado deste País. Este processo culminou com um amplo debate na Reunião Descentralizada e Participativa do CNAS realizada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2004, onde foi aprovada, por unanimidade, por aquele colegiado. Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FONSEAS, do Colegiado de Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos. Tal conquista, em tão breve tempo, leva a uma rápida constatação: a disponibilidade e o anseio dos atores sociais em efetivá-la como política pública de Estado, definida em Lei.

A Política Nacional de Assistência Social expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

3.1.1 Política Nacional de Proteção Social

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada em 2004, reafirma o conteúdo da LOAS destacando o seu caráter protetivo, estabelecendo diretrizes, público-alvo e organizando as ações em base sistêmica através da implantação do SUAS. Como política de proteção social, a assistência social orienta-se pelos princípios da:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (Brasil, 2004, p. 33).

Além disso, a organização das ações em base sistêmica permite a definição de programas, projetos e serviços de caráter eventual ou continuado, de acordo com o nível de vulnerabilidade e risco que passam a ser vistos não só como decorrentes da pobreza, privação ou ausência de acesso às políticas públicas, mas de situações geridas no âmbito relacional, como as discriminações por deficiência, questões etárias, de gênero, entre outras. São riscos que decorrem, de acordo com Sposati (2007, p. 449), de situações “instaladas no campo relacional da vida humana” associadas à “(in)sustentabilidade de vínculos sociais e às incertezas sociais”.

De acordo com a PNAS/2004, são funções da assistência social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Social são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS. A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção proativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas

Segundo a PNAS /2004, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 (hum mil) famílias/ano, e onde se executam serviços de proteção social básica. O CRAS organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais e os locais da política de assistência social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como através da promoção da integração ao mercado de trabalho.

O SUAS opera através da hierarquização das ações em 02 (dois) níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros.

No geral, a implantação do SUAS traz um significativo avanço para concretização da Política de Assistência Social, tanto pelo seu caráter organizativo, como também pela definição de atribuições nas três esferas de governo. A maioria dos municípios brasileiros já conta com os CRAS como base para a execução de ações continuadas, permitindo a superação da

fragmentação das ações e a identificação dos serviços ofertados como direito social e não como bem-estar.

3.2 Direitos Humanos

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agir de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre os horrores da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas: “Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações...”

3.2.1 Contexto e definição dos Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os Direitos Humanos são garantidos legalmente, e protegem indivíduos e grupos contra ações que interfiram nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Estão expressos em tratados, no direito internacional consuetudinário, conjuntos de princípios e outras modalidades do Direito. A legislação de direitos humanos obriga os Estados a agir de uma determinada maneira e proíbe os Estados de se envolverem em atividades específicas. Os direitos humanos são direitos inerentes a cada pessoa simplesmente por ela ser um humano.

Tratados e outras modalidades do Direito costumam servir para proteger formalmente os direitos de indivíduos ou grupos contra ações ou abandono dos governos, que interfiram no desfrute de seus direitos humanos.

Algumas das características mais importantes dos Direitos Humanos são:

- Os direitos humanos são fundados sobre o respeito à dignidade e ao valor de cada pessoa.
- Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas.
- Os direitos humanos são inalienáveis, assim ninguém pode ser privado deles; eles, apenas, podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada por um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal.
- Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros.
- Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

Normas internacionais de Direitos Humanos

A expressão formal dos direitos humanos inerentes se dá através das normas internacionais de direitos humanos. Uma série de tratados internacionais e outros instrumentos surgiram a partir de 1945, conferindo uma forma legal aos direitos humanos inerentes.

A criação das Nações Unidas viabilizou um fórum ideal para o desenvolvimento e a adoção dos instrumentos internacionais de direitos humanos. Outros instrumentos foram adotados a nível regional, refletindo as preocupações sobre os direitos humanos particulares a cada região.

A maioria dos países também adotou constituições e outras leis que protegem formalmente os direitos humanos básicos. Muitas vezes, a linguagem utilizada pelos Estados vem dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

As normas internacionais de direitos humanos se consistem, principalmente, de tratados e costumes, bem como declarações, diretrizes e princípios, entre outros.

3.3 Aspectos Legais na Esfera Federal

Neste item estão relacionadas algumas das principais leis, decretos, normas e outros dispositivos legais que incidem sobre a área onde serão implantadas as obras do Programa. Esses dispositivos legais estão relacionados e descritos de maneira sucinta, reunidos segundo os temas e a instância de governo responsável pela sua aplicação.

Vale ressaltar que a Legislação Ambiental vigente tem como principal objetivo controlar as atividades que afetam ou modificam de forma significativa o meio ambiente. Os projetos previstos no Programa estão classificados dentre aqueles que deverão ser submetidos ao Licenciamento Ambiental em razão da magnitude das prováveis alterações que serão promovidas no meio ambiente, nas fases de planejamento, construção e operação.

Constituição da República Federativa do Brasil

Promulgada em 1988, inovou ao tratar das questões do meio ambiente dedicando ao tema o Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Título VIII - da Ordem Social), que no Art. 225 determina: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Meio Ambiente

- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Determina que esta política: tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (alterada pelas Leis nº 8.078, de 11/09/1990 e nº 8.884, de 11/06/1994, nº 9.494, de 10/09/1997 e nº 10.257, de 10/07/2001 e pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 27/08/2001), que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
- Lei Federal nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei nº 9.985, de 18/07/2000 e pela MP nº 2.163-41, de 23/08/2001), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais).
- Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (infração administrativa ambiental).
- Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui princípios e diretrizes para a implantação da Política Nacional da Biodiversidade.
- Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

- Decreto Federal nº 855, de 30 de janeiro de 2004, que altera os Decretos nº 5.741 e 5.742, datados de 19 de dezembro de 2002, que regulamentam, respectivamente, o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais e o Cadastro Técnico de Atividades de Defesa Ambiental.
- Decreto Federal nº 5.877, de 17 de agosto de 2006, que dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 3.524, de 26 de junho de 2000, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Instrução Normativa IBAMA nº 154, de 1 de março de 2007, que institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e dispõe sobre licenças, coleta e captura de espécies da fauna e flora e acesso ao patrimônio genético.
- Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.
- Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
- Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Cobertura Vegetal

- Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989, que estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.
- Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992, que dispõe sobre a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção.
- Instrução Normativa nº 06, de 23 de setembro de 2008, que traz a lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
- Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal Brasileiro), e suas alterações previstas na Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Estabelece no seu artigo 8º que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente

somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Segundo o Art. 4º do Código Florestal Brasileiro, que define as áreas previstas de preservação permanente, em seu inciso III, são consideradas APP as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.

Fauna

- Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 (alterada pelas Leis nº 7.584/87, no 7.653/88, nº 97.633/89 e nº 9.111/95), que institui o Código de Proteção à Fauna.
- Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a lista oficial de espécies de fauna brasileira ameaçada de extinção.
- Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, com a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção.
- Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007, que estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei Federal nº 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.

Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas

- Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e de Áreas de Proteção Ambiental.
- Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984, que dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
- Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.
- Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990, que estabelece normas quanto ao entorno das Unidades de Conservação visando à proteção dos ecossistemas existentes.
- Decreto Federal nº 1.298, de 27 de outubro de 1994, que aprova o Regulamento das Florestas Nacionais.
- Decreto Federal nº 1.922, de 05 de junho de 1996, que dispõe sobre o reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

- Decreto Federal nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.
- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, modificada pela Lei nº 11.132/2005.
- Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
- Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
- Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/00 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
- Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004, que define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
- Lei Federal nº 11.132, de 04 de julho de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FND; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
- Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).
- Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985/00 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Este artigo trata da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.
- Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.

- Portaria nº 09, de 23 de janeiro de 2007, que no seu artigo 1º estabelece que ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no seu § 2º denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à: I - conservação in situ da biodiversidade; II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade; III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; V - recuperação de áreas degradadas e de espécies sobre exploradas ou ameaçadas de extinção; e VI - valorização econômica da biodiversidade.
- Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Recursos Hídricos

- Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que estabelece o Código de Águas.
- Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que instituiu, para os Estados, Distrito Federal e Municípios compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva.
- Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal e altera o artigo 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Art. 2º): I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433/1997.
- Instrução Normativa MMA nº 4, de 21 de junho de 2000, que aprova os procedimentos administrativos para a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos, em corpos d'água de domínio da União, conforme o disposto nos Anexos desta Instrução Normativa.

- Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (alterada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001), que dispõe sobre a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em Águas Brasileiras.
- Decreto Federal nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a estrutura regimental da Agência Nacional das Águas – ANA.
- Resolução CNRH nº 15, de 11 de janeiro de 2001, que estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.
- Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, que dispõe acerca da outorga de recursos hídricos.
- Decreto Federal nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003, que institui a Divisão Hidrográfica Nacional em Regiões Hidrográficas com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano de Recursos Hídricos.
- Decreto Federal nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.
- Decreto Federal nº 5.069, de 05 de maio de 2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAP).
- Lei Federal nº 10.881, de 09 de junho de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União.
- Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004, que dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga.
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que define a classificação dos corpos de água e suas diretrizes ambientais, bem como as definições das condições e padrões de descarga de efluentes.
- Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005, que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
- Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

- Resolução CNRH nº 65, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.
- Resolução ANA nº 308, de 06 de agosto de 2007, que dispõe sobre os procedimentos para arrecadação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União.
- Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.
- Resolução CNRH nº 129, de 29 de junho de 2011, que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.
- Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.

Emissão de Ruídos

- Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, que dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes. A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais comerciais ou recreativas obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela norma NBR 10.151/2000.
- Norma Brasileira ABNT NBR 10151/2000, que trata da avaliação de ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade. Estabelece as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentemente da existência de reclamações. Especificar método para a medição de ruído, a aplicação de correções nos níveis medidos se o ruído apresentar características especiais e uma comparação dos níveis corrigidos com um critério que leva em conta vários fatores.

Qualidade do Ar

- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.
- Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990, que estabelece os padrões de qualidade do ar e define o objetivo a ser atingido mediante a estratégia de controle fixada pelos padrões de emissão que deverão orientar a elaboração de Planos Regionais de Controle de Poluição do Ar. Define padrões de qualidade do ar como sendo as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral e estabelece que (i) Padrões Primários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população. Segundo (ii) Padrões Secundários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes

abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral.

- Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Saneamento Básico

- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

Resíduos Sólidos

- Resolução CONAMA nº 1A, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece normas ao transporte de produtos perigosos que circulem próximos a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais e do ambiente natural.
- Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
- Decreto Federal nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que regulamentou a Lei nº 7.802/1989.
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. Define as responsabilidades do poder público e dos agentes privados quanto aos resíduos da construção civil e torna obrigatória a adoção de planos integrados de gerenciamento nos municípios, além de projetos de gerenciamento dos resíduos nos canteiros de obra, ao mesmo tempo em que cria condições legais para aplicação da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), no que diz respeito aos resíduos da construção civil.
- Norma Brasileira ABNT NBR 10004/2004, que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.
- Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Classifica os Resíduos Sólidos:

- I - Quanto à origem: a) resíduos domiciliares; b) resíduos de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos; d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico; f) resíduos industriais; g) resíduos de serviços de saúde; h) resíduos da construção civil; i) resíduos agro-silvopastoris; j) resíduos de serviços de transportes; k) resíduos de mineração.
- II - Quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos; b) resíduos não perigosos.
- Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
- Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas

- Decreto Federal nº 303, de 28 de fevereiro de 1967, que cria o Conselho Nacional de Controle de Poluição Ambiental.
- Decreto Federal nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades.
- Resolução CONAMA nº 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
- Resolução CONAMA nº 420, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Com vista à prevenção e controle da qualidade do solo, os empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas deverão, a critério do órgão ambiental competente: I - implantar programa de monitoramento de qualidade do solo e das águas subterrâneas na área do empreendimento e, quando necessário, na sua área de influência direta e nas águas superficiais; e II - apresentar relatório técnico conclusivo sobre a qualidade do solo e das águas subterrâneas, a cada solicitação de renovação de licença e previamente ao encerramento das atividades.

Qualidade da Água

- Decreto Federal nº 79.367, de 09 de março de 1977, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água.
- Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.
- Decreto Federal nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle, e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
- Decreto Federal nº 4.871, de 06 de novembro de 2003, que dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- Resolução CONAMA nº 397, de 3 de abril de 2008, que altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art.34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, que complementa e altera a Resolução nº 357/2005. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
- Portaria MS nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Patrimônio Histórico e Cultural

- Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal.
- Portaria IPHAN nº 07, de 1 de dezembro de 1988, que regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que se resguardem os objetos de valor científico e cultural presentes nos locais dessas pesquisas, conforme previsto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Relaciona as informações que deverão acompanhar os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, a serem encaminhadas ao Secretário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN apresenta, também, a relação de informações que deverão acompanhar os relatórios a serem encaminhados ao IPHAN.

- Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
- Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que compatibiliza os estudos preventivos de arqueologia com as fases de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, bem como define os procedimentos a serem adotadas em cada uma das fases do licenciamento ambiental. Na fase de obtenção de Licença Prévia (EIA/RIMA): Levantamento exaustivo de dados secundários arqueológicos e levantamento arqueológico de campo. A avaliação dos impactos será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas da obra. Os programas de Prospecção e de Resgate serão elaborados a partir do diagnóstico e avaliação dos impactos. Na fase de obtenção da Licença de Instalação (LI): Programa de Prospecção: prospecções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico, da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico. Na fase de obtenção da Licença de Operação (LO): Execução do Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado no Programa de Prospecção (LI). Deverá ser preparado um relatório detalhando as atividades desenvolvidas no campo e no laboratório, assim como os resultados obtidos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo, de maneira que a perda física de sítios arqueológicos possa ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.
- Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

Segurança e Medicina do Trabalho

- Lei nº 6.514, de 21 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.
- Portaria MTB nº 3.214, 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Desapropriação de Imóveis

- Decreto Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que trata da desapropriação de imóveis para fins de interesse público e é conhecida como Lei Geral da Desapropriação de Imóveis.

- Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação de imóveis por interesse social.
- Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.
- Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro 1970, que regula a imissão provisória na posse em imóveis residenciais urbanos habitados por seus proprietários ou por compromissários compradores que possuam seus títulos registrados no Registro de imóveis.

Licenciamento Ambiental

- Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.
- Resolução CONAMA nº 09, de 09 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública.
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental estabelecido pela Resolução CONAMA nº 001/86, além de exigir a apresentação de Certidões Municipais de Uso e Ocupação do Solo e exames e manifestações técnicas por parte das Prefeituras dos municípios afetados pelo empreendimento.

Novo Código Florestal Brasileiro

Vale destacar a Lei nº 12.651 de maio de 2012, referente ao novo Código Florestal, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O novo Código Florestal foi aprovado no dia 25 de maio de 2012 e trouxe mudanças em relação ao código de 1965 em pontos importantes como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos; às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Essa lei instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo.

Também definiu metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e instituiu instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal; além de impor que empreendedores particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos coloca o Brasil em patamar de igualdade com os principais países desenvolvidos, no que concerne ao marco legal, e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Saúde e Segurança do Trabalhador

A seguir são apresentados os diplomas legais e normas técnicas consideradas mais relevantes no âmbito do Programa, no que tange à Saúde e à Segurança do Trabalho.

- Decreto-Lei nº 5452 de 01 de maio de 1943, Capítulo V do Título II das Consolidações das Leis do Trabalho - CLT;
- Decreto nº 62.130 de 29/07/2017 – Cria, no âmbito da Administração direta, indireta e fundacional, equipes de trabalho denominadas "Brigada contra o Aedes aegypti" cuja função é a criação de brigadas específicas para combater o mosquito e reduzir a incidência de arboviroses.
- Portaria nº 3.523 de 28/08/1998 de Ministério da Saúde: Aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizado.
- Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 – que altera o Capítulo V do Título II da CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 – Aprova as NRs – Normas Regulamentadoras do Capítulo V, do Título II, da CLT.

NR 01 – Disposições Gerais: tem como objetivo informar sobre a abrangência das NRs, bem como as obrigações do empregador e do empregado no que diz respeito ao documento legal.

NR 04 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho: tem como objetivo informar o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho vinculados à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento.

NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI: tem como objetivo informar a definição, a obrigatoriedade do uso e as especificações de uso dos EPIs.

NR 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.

NR 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e, consequente, controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: tem como objetivo estabelecer os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

NR 12 – Máquinas e Equipamentos: tem como objetivo definir referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos e, ainda, à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação: Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e à saúde dos trabalhadores

NR 15 – Atividades e Operações Insalubres: tem como objetivo informar as atividades que são consideradas insalubres pelo Ministério do Trabalho, em função de exposição acima dos Limites de Tolerância legais ou por meio de avaliação qualitativa de exposição do trabalhador.

NR 16 – Atividades e Operações Perigosas: tem como objetivo informar as atividades e operações consideradas perigosas, por exposição a explosivos, inflamáveis, energia elétrica, radiação ionizante e por exposição a violência física.

NR 17 – Ergonomia: tem como objetivo estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: tem como objetivo estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

NR 19 – Explosivos: As atividades de fabricação, utilização, importação, exportação, tráfego e comércio de explosivos devem obedecer ao disposto na legislação específica, em especial ao Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) do Exército Brasileiro, aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis: Estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis

NR 21 – Trabalho a Céu Aberto: Estabelece normatização para trabalhos em locais abertos, tornando obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries. Também exige medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes.

NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: Estabelece parâmetros para (i) Instalações sanitárias, (ii) Vestiários, (iii) Refeitórios, (iv) Cozinhas, (v) Alojamento e (vi) Condições de higiene e conforto por ocasião das refeições.

NR 26 – Sinalização de Segurança: Estabelece parâmetros para sinalização de segurança em locais de trabalho/obra para advertência aos trabalhadores locais sobre riscos e produtos perigosos.

NR 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Estabelece os requisitos mínimos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes, de forma a garantir permanentemente a segurança e saúde dos trabalhadores que interagem direta ou indiretamente nestes espaços.

NR 35 – Trabalho em Altura: Considera trabalho em altura toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. O acesso por cordas é regulamentado no Anexo 1 e, para situações de trabalho em planos inclinados, a aplicação deste anexo deve ser estabelecida por Análise de Risco.

É importante citar também as ITs – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:

IT 16 – Plano de Emergência contra Incêndio: Estabelece os requisitos para a elaboração, manutenção e revisão de um plano de emergência contra incêndio, visando proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, bem como viabilizar a continuidade dos negócios.

IT 17 – Brigada de Incêndio: Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da brigada de incêndio e os requisitos mínimos para o dimensionamento da quantidade de bombeiro civil, para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.

IT 21 – Sistema de Proteção por extintores de incêndio: tem como objetivo estabelecer critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de

incêndio (portáteis ou sobre rodas), para o combate a princípios de incêndios, atendendo às exigências do Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.

3.4 Legislação Estadual

Constituição do Estado da Bahia

A Constituição do Estado da Bahia considera a necessidade de formulação de Políticas e Planos de Meio Ambiente, cabendo aos órgãos executores a implementação das diretrizes necessárias. Dentre outras questões, também define como patrimônio e a necessidade de manejo e regulação do Centro Histórico de Salvador, o Sítio do Descobrimento e as Zonas Costeiras.

Lei nº 10.431/06

Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 10.969/08

Institui a Coordenação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro e a Comissão Técnica do Estado da Bahia para o Acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima/ Projeto Orla - CTE/BA, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 11.235/08

Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008.

Lei nº 11.612/09

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 9.936/06

Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e dá outras providências e seu Regimento Interno.

Lei nº 12.056/11

Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A Política Estadual de Educação Ambiental norteará a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, dos programas municipais, bem como de outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à educação ambiental, em consonância com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 12.377/11

A Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.

Define ainda os ritos a serem seguidos para o licenciamento estadual de obras.

Lei nº 12.932/14

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Esta Lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos - PERS, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e estabelece normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrados de resíduos sólidos, em regime de cooperação com o setor público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade civil.

Lei nº 12.933/14

Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. São objetivos da Política Estadual de Turismo propiciar a prática de turismo sustentável, promovendo e incentivando a adoção de modelos de menor impacto ambiental. São definidos como instrumentos da Política de Turismo do Estado da Bahia: Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS e os Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo - PMGT's.

3.5 Legislação Municipal***Política Municipal de Meio Ambiente de Salvador Lei 8.915/2015***

A Lei 8.915/2015 dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; institui o cadastro municipal de atividades potencialmente degradadoras e utilizadoras de recursos naturais - CMAPD e a taxa de controle e fiscalização ambiental - TCFA, no município de Salvador.

Decreto 12.016/1998

O Decreto 12.016/98 regulamenta a utilização de logradouros públicos para atividade informal do comércio ambulante e prestadores de serviços.

Lei 9.451/2019

Como o PRODETUR Salvador tem como foco a população afro, torna-se importante citar a Lei 9.451 de 2019, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa.

Lei 5.503/1999

Estabelece o código de polícia administrativa, disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegurando o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos e regule a prática dos atos, em função do interesse da coletividade soteropolitana, concernentes aos costumes, à limpeza pública, à defesa do consumidor, à segurança, ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana, ao trânsito, ao respeito à propriedade e a sua função social, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, ao exercício de atividades econômicas ou não, ao controle das atividades poluentes e a inibição das fontes poluidoras no espaço urbano, rural e insular do Município de Salvador.

Decreto 2.9921/2018

O Decreto 2.9921/2018 regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº 8.915, de 26 de setembro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradoras e Utilizadoras de Recursos Naturais - CMAPD, no Município de Salvador.

Licença Ambiental das Obras da Avenida Sete de Setembro

A licença Ambiental das obras da Avenida Sete de Setembro foi concedida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, através da Portaria nº 263/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Salvador de 25 de julho de 2019. A Portaria Autorizativa está baseada na Lei Municipal nº 9.186/2016 de 29 de dezembro de 2016, fundamentado no Decreto Municipal Simples de 06 de novembro de 2017, na Lei nº 8.915/2015, no Decreto nº 29.921 de 05 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com base na Lei Orgânica do Município do Salvador.

A Licença é válida por 02 (dois) anos e exige, dentre outras condicionantes, a elaboração e implementação de um Plano de Controle Ambiental, contendo medidas de controle de emissão de ruídos e material particulado. Exige, também, que a carga e descarga de materiais e resíduos da construção deverão ser realizados fora dos períodos de trânsito mais intenso, incluindo medidas de sinalização adequada para veículos e pedestres e a comunicação previa à Superintendência de Trânsito de Salvador – Transalvador.

A implantação da obra deverá, ainda, conforme a Portaria Autorizativa, atender às orientações do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), devendo: a) dispor de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente; b) instalar baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens, etc.); c) realizar o correto manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD). Apresentar, semestralmente, após o início das obras, os relatórios de execução do programa acompanhado da documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas.

A devida comunicação com a concessionária de telefonia a remoção de equipamentos e a sua correta destinação.

Dentre as atividades, a implantação da obra deve, também, prever a realização de tratamentos fitossanitários nas árvores para combater infestação de parasitas.

4 POLÍTICAS E SALVAGUARDAS

4.1 Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703), de janeiro de 2006, tem como objetivo: (i) potencializar a geração dos benefícios de desenvolvimento de longo prazo, nos países membros, por meio de resultados e metas de sustentabilidade ambiental aplicadas a todas as operações e atividades do Banco e, nos países membros mutuários, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão ambiental; (ii) assegurar que todas as operações e atividades do Banco sejam sustentáveis em termos ambientais, conforme as diretrizes desta política; e (iii) incentivar a responsabilidade ambiental corporativa dentro do próprio Banco.

As diretrizes desta Política estruturam-se em dois grupos, a saber: Diretrizes de Transversalidade Ambiental (A) e Diretrizes de Salvaguardas (B). As primeiras referem-se ao conceito de transversalidade e à internalização da dimensão ambiental desde a fase inicial do ciclo de projetos. Isto implica que, ao começar o processo de preparação de um programa e a concepção da respectiva estratégia de desenvolvimento, o Banco trabalhe com os países membros no sentido de abordar as prioridades ambientais de maior impacto sobre o desenvolvimento social e econômico. As diretrizes indicam, ainda, que o Banco deve promover a responsabilidade ambiental corporativa em suas próprias atividades administrativas, em sua sede e seus escritórios de país.

As Diretrizes de Salvaguardas, por sua vez, integram as salvaguardas sociais e ambientais, permitindo que o Banco adote um enfoque eficiente na gestão dos riscos e no controle dos impactos ambientais. Compreendem diretrizes específicas de: revisão e classificação das operações; consulta, supervisão e cumprimento dos requisitos de avaliação ambiental; proteção de habitats naturais e sítios culturais; manejo de produtos e substâncias perigosas; e prevenção e controle da poluição.

Para além das diretrizes da Política de Meio Ambiente, interessam ao PRODETUR Salvador a Política sobre Disponibilidade de Informação (OP-102) e a Política de Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761). A primeira estabelece as regras que asseguram a transparência das suas atividades do Programa, definindo os meios, as formas e as responsabilidades institucionais para a disposição ao público dos documentos. Fundamenta-se no princípio da acessibilidade da informação. A segunda aplica-se a projetos que apresentem riscos potenciais associados ao gênero das pessoas; no Programa os riscos são de caráter indireto, estando associados à exploração sexual no turismo, cuja prevenção tanto no Estado da Bahia, quanto no Município de Salvador, mantém ações específicas, e as desigualdades de gênero observadas no município, principalmente no caso da população feminina afrodescendente.

A Tabela a seguir resume as políticas de salvaguardas e diretrizes acionadas no âmbito do PRODETURSalvador.

Tabela 1 – Diretrizes e Salvaguardas Ambientais

Diretriz	Descrição
OP-703 – Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas	Define as salvaguardas que devem ser observadas em Programas financiados pelo Banco, dependendo das características de cada operação, determinadas salvaguardas são acionadas.
Salvaguarda B.2 – Cumprimento da legislação ambiental	Garantia de que as operações sejam planejadas e executadas em total cumprimento da legislação e das normas ambientais vigentes no país, inclusive as obrigações estabelecidas sob os acordos ambientais multilaterais.
Salvaguarda B3 – Pré-avaliação e Classificação	Todas as operações do Banco serão previamente avaliadas e classificadas de acordo com seus potenciais impactos socioambientais.
Salvaguarda B.5 - Requisitos da avaliação ambiental	A avaliação ambiental e os planos de gestão associados e sua implementação são da responsabilidade do mutuário e devem ser elaborados em cumprimento as diretrizes de implementação e os padrões estabelecidos para os estudos de impacto ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, os planos de gestão ambiental e social (PGAS) e as análises ambientais.
Salvaguarda B.6 – Consultas com as partes afetadas	No caso das operações classificadas como de categoria A e B, devem ser realizadas consultas com as partes interessadas como parte dos processos de avaliação ambiental, considerando-se seus pontos de vista, experiências e perspectivas em relação aos programas e suas atividades.
Salvaguarda B.7 - Supervisão e cumprimento	O cumprimento, por parte das entidades executoras dos programas, dos requisitos de salvaguarda estipulados nos acordos de empréstimo e nos regulamentos de crédito ou dos regulamentos operacionais serão supervisionados pelo Banco.
Salvaguarda B.9 Comprometimento de habitats naturais e sítios culturais	O Banco não apoia operações ou atividades que, em sua opinião, causem degradação significativa em habitats naturais críticos ou que afetem negativamente áreas de valor cultural.
Salvaguarda B.10 - Prevenção e redução da contaminação	As operações financiadas pelo Banco devem evitar impactos adversos sobre o meio ambiente, a saúde e segurança humana que decorrem da produção, aquisição, uso e disposição de materiais perigosos, inclusive substâncias tóxicas orgânicas e inorgânicas, pesticidas e poluentes orgânicos persistentes (POP). A produção, aquisição, uso e disposição de materiais e substâncias perigosas devem ser evitados sempre que possível e minimizados em outros casos. Sempre que a produção ou uso de um material ou substância perigosa não puder ser evitado, deve-se preparar um plano de manejo que cubra seu transporte, manuseio, armazenamento e disposição, com as respectivas práticas de gestão e notificação, inclusive medidas preventivas e contingentes, em consulta com os trabalhadores e comunidades que podem ser afetados.

Diretriz	Descrição
Salvaguarda B.11 - Prevenção e redução da contaminação	As operações financiadas pelo Banco incluirão medidas destinadas a prevenir, controlar ou eliminar a contaminação resultante de suas atividades.
OP-102 – Política de Divulgação de Informação	Apresenta as diretrizes para a disponibilização das informações, criando regras para pedidos de documentos e dados. Objetiva-se, por meio desta dar transparência às ações do Banco, atribuindo eficácia às suas atividades.
OP-761 – Política de Igualdade de Gênero em Desenvolvimento	O Banco aprovou tal política operacional, reconhecendo o avanço das mulheres como um objetivo de desenvolvimento com prioridade e se comprometendo a apoiar os países membros em seus esforços para alcançar maior integração das mulheres em todas as fases do processo de desenvolvimento e melhorar sua situação socioeconômica.

Fonte: PGAS, 2016

4.2 Responsabilidades Institucionais para a Gestão Ambiental

Ademais das diretrizes e normas referentes à proteção do meio ambiente e dos valores naturais e culturais nas áreas de atuação PRODETUR Salvador, um dos fatores fundamentais para a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento turístico que se quer promover é o bom desempenho das entidades envolvidas na gestão ambiental do programa, notadamente do organismo executor do programa, dos agentes responsáveis por projetos de infraestrutura turística e outras atividades, como os estudos e projetos ambientais, e das entidades de meio ambiente. A capacidade técnica e operacional dessas entidades deve ser considerada nas diversas fases de execução do Programa, mantendo-se em seus quadros profissionais qualificados nas disciplinas requeridas para a boa prática da gestão socioambiental e o cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

O organismo executor do Programa é a Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) que detém como atribuição a formulação e a execução das políticas de desenvolvimento turístico no município, atuando por meio da Unidade Coordenadora do Programa (UCP), responsável pela coordenação e pelo controle das atividades de gestão ambiental, compreendendo:

- Na fase de preparação dos documentos necessários para a aprovação do PRODETUR Salvador junto ao BID: articular-se com as entidades ambientais competentes e assegurar que as entidades executoras requeiram as licenças ambientais prévias dos projetos de infraestrutura turística porventura incluídos nos componentes dos programas; acompanhar os processos de licenciamento e os estudos de avaliação ambiental desses projetos;
- Durante a execução do programa: cumprir as determinações do contrato de empréstimo, observando o cumprimento dos compromissos de cronograma; e coordenar a execução das ações de prevenção dos impactos estratégicos do programa; promover as atividades de consulta e participação das comunidades afetadas pelos projetos de infraestrutura, do público e de outras entidades governamentais interessadas; acompanhar a execução dos projetos de infraestrutura, o monitoramento e a implementação das medidas de controle dos

respectivos impactos socioambientais e dos impactos estratégicos previstos nos estudos de AAE;

- Após o término da execução do programa: dar continuidade ao acompanhamento dos impactos estratégicos e seus indicadores; assegurar que as medidas de prevenção de riscos ambientais e de otimização das oportunidades identificadas na AAE sejam acatadas nas atividades de planejamento do setor.

As entidades executoras dos projetos de infraestrutura turística de urbanização, saneamento e edificações devem ser responsáveis por assegurar que sejam atendidas as diretrizes do BID e a legislação ambiental, o que inclui:

- O requerimento das licenças ambientais pertinentes;
- A promoção e a apresentação dos estudos técnicos requeridos;
- A implementação das medidas de controle e gestão socioambiental dos projetos durante e após sua implantação;
- O cumprimento das especificações deste PGAS e das condições de validade das licenças ambientais que tenham sido concedidas.

As responsabilidades de outros órgãos da Administração Municipal de Salvador compreendem, ainda, a elaboração e implementação dos planos diretores municipais, a implementação das ações de fortalecimento institucional e capacitação para a gestão ambiental e para a gestão do turismo e a execução de obras civis e estudos socioambientais de interesse local.

A Tabela a seguir resume as responsabilidades dos órgãos e entidades da Administração Municipal envolvidas no Programa.

Tabela 2 – Responsabilidades Institucionais

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT)	Organismo executor do PRODETUR Salvador, por meio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), Coordenar a execução do programa por meio da execução dos projetos turísticos e culturais de sua competência, encarregando-se de: planejamento, atividades técnicas, administração orçamentária e contábil-financeira, monitoramento, controle e avaliação do Programa, assim como a implementação das ações previstas neste PGAS.
Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)	(i) Realizar o planejamento das intervenções urbanísticas, elaborando os projetos a serem executados no âmbito do Programa: projetos urbanísticos, setoriais, de arquitetura, especiais e complementares, requerendo as devidas licenças ambientais; apoiar tecnicamente a SECULT na elaboração dos projetos. (ii) Apoiar tecnicamente a UCP/PRODETUR – esclarecimentos e modificações.
Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS)	Garantir a prevenção, a mitigação e a correção de atividades nocivas ao meio ambiente natural, urbano, rural e insular e garantir o cumprimento da política ambiental prevista no Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), compreendendo: participação nas ações de manejo de resíduos, revitalização ambiental e turística de áreas protegidas do Programa.
Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR)	(i) Fornecer as licenças de construção (alvará) e ambiental. (ii) Assessorar a UCP quanto ao cumprimento da política urbana municipal e ambiental, no monitoramento e na fiscalização das respectivas medidas de controle e mitigação dos impactos negativos, em todas as etapas de implantação.
Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador (SUCOP)	Fiscalizar a execução (físico-financeira) da obra assessorando a UCP nas tratativas inerentes a requalificação urbana e na articulação com órgãos e entidades municipais, quando necessário.

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP)	<p>(i) Promover a organização e o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do comércio informal, no espaço requalificado.</p> <p>(ii) Realizar o estudo e planejamento das ações de relocação e remanejamento dos comerciantes informais afetados pelo projeto de requalificação.</p> <p>(iii) Realizar o atendimento dos comerciantes informais que procuram o escritório social para fins de licenciamento das atividades.</p> <p>(iv) Apresentar aos comerciantes informais não licenciados as possibilidades de áreas para remanejamento das atividades.</p> <p>(v) Acompanhar o andamento dos processos de licenciamento na SEMOP.</p> <p>(vi) Acompanhar as relocações e remanejamentos realizados de acordo com os TACs assinados.</p> <p>(vii) Fiscalizar a permanência dos comerciantes informais nos seus locais de licenciamento.</p> <p>(viii) Manter articulação permanente com a equipe social do PRODETUR.</p> <p>(ix) Analisar e efetivar as solicitações de licenciamentos dos comerciantes informais, quando couber.</p> <p>(x) Disponibilizar e fiscalizar os equipamentos de trabalho padronizados.</p> <p>(xi) Monitorar a ocupação do espaço pelos comerciantes informais durante e pós obra.</p>
Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR)	<p>Apoiar as ações realizadas pela equipe social do PRODETUR voltadas para a promoção da equidade racial e inclusão social dos afro brasileiros e valorização da diversidade.</p>
Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB)	<p>(i) Apoiar a UCP/PRODETUR na execução de ações que visem a melhorar a limpeza e gestão de resíduos.</p> <p>(ii) Instalação de containers subterrâneos para acondicionar os resíduos; operação e manutenção do sistema, incluindo os procedimentos de licenciamento ambiental e as ações de conscientização ambiental, juntamente com a SECIS.</p>
Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN)	<p>(i) Avaliar, conservar, preservar, podar e erradicar (quando necessário) árvores situadas em áreas públicas.</p> <p>(ii) Gerenciar e operar os equipamentos de engenharia urbanos nos espaços públicos.</p> <p>(ii) Realizar a manutenção, recuperar e conservar, dos equipamentos e espaços públicos.</p>
Superintendência de Trânsito de Salvador (TRANSALVADOR)	<p>Apoiar a UCP/PRODETUR quanto a estudos prévios e ordenamento do trânsito e mobilidade.</p>

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Secretaria de Comunicação (SECOM)	Apoiar nas ações de divulgação institucional quanto o planejamento e execução da obra.
Secretaria Municipal de Educação (SMED)	Apoiar a equipe social do PRODETUR na viabilização das ações de educação formal, voltada para o público afetado, contribuindo no processo de escolarização, se for o caso.

Fonte: PGAS, 2016

5 PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS

As análises técnicas realizadas no âmbito dos estudos ambientais do Programa (AAE, PGAS, EVA etc.) permitiram identificar as oportunidades e os riscos socioambientais da implantação do Programa, assim como os potenciais impactos positivos e negativos das ações e projetos que serão desenvolvidos. Este item traz importante informação para a gestão socioambiental do Programa, tanto para os coordenadores como para os órgãos e entidades responsáveis pela execução das ações e projetos de investimento. As medidas de prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos analisados, bem como outras ações de gestão ambiental e social que devem ser tomadas são apresentadas no próximo item.

Os efeitos resultantes dos impactos socioambientais (positivos e negativos), causados individualmente pelas distintas ações de incremento das atividades turísticas e projetos de investimento. Tais efeitos serão tratados e controlados através dos programas estabelecidos neste PGAS e por meio dos processos de licenciamento e da gestão ambiental dos projetos e obras.

O Programa compõe-se de um conjunto de ações cuja realização irá resultar essencialmente em impactos socioambientais positivos, uma vez que não afetam negativamente o ambiente natural, mas concentram a maioria dos seus benefícios sociais e econômicos, podendo ainda influenciar positivamente outros setores da economia. No entanto, durante a implantação das obras, diversos incômodos e impactos ocorrem devido a tipologia das intervenções.

A Tabela a seguir apresenta a síntese dos impactos dessas ações, associando as medidas previstas para sua mitigação, compensação ou potencialização, de acordo com a sua natureza.

Tabela 3 – Ações e Impactos identificados

Ação	Impacto	Programa / Medida
Matriz de Impactos Ambientais		
Etapa de Planejamento e Projeto		
Elaboração de Estudo e Projeto	Expectativas na população, sobre o empreendimento, nas áreas diretamente afetadas	Programa de Comunicação e Queixas e Plano de Deslocamento Econômico Temporário para comerciantes ambulantes. As ações deverão envolver a população residente, população flutuante (transeuntes e compradores), comerciantes formais e informais.
Elaboração de Estudo e Projeto	Especulação imobiliária	Programa de Comunicação e Queixas
Etapa de Construção		
Geração de Empregos e Renda	Aumento de pessoas empregadas / Aumento de renda.	Comunicação Social e Diretrizes para Contratação da Mão de Obra Local, atentando-se também para a igualdade de gêneros
Escavações e tráfego de veículos em áreas de obra	Aumento de volume de bota fora e áreas destinadas a canteiro de obras e empréstimo	Comunicação Social, Controle Ambiental das Obras e Recuperação de Áreas Degradadas
	Aumento das concentrações de material particulado no entorno das obras	Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras
	Aumento de emissão de ruído e vibrações no entorno das obras;	Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras
	Incômodos aos moradores e atividades lindeiras	Controle Ambiental das Obras, e Comunicação Social
Operação do canteiro de obras e consequente geração de resíduos diversos (oleosos, inertes, de escritório, alimentares, efluentes sanitários etc.)	Contaminação da água e do solo	Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra
	Atração de vetores de doença e fauna sinantrópica	Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra
Interrupção de serviços essenciais pela interferência nas redes de infraestrutura.	Incômodos aos usuários	Comunicação Social para população residente, comerciantes e concessionárias

Ação	Impacto	Programa / Medida
Atividades e circulação de veículos, equipamento e maquinário pesados	Riscos acidentes com trabalhadores das obras, comerciantes formais e informais, trabalhadores do entorno e população flutuante.	Comunicação Social e gestão de queixas Programa de Saúde e Segurança Ocupacional Ações de Segurança de Obra e do Entorno Imediato Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra
Atividades de escavação, cortes e aterro	Aumento de carreamento de material para os rios, processos erosivos e alteração na paisagem	Controle Ambiental das Obras e Recuperação de Áreas Degradadas
Interferências no sistema viário	Aumento nos tempos de viagem de ônibus e veículos particulares	Comunicação Social e Controle Ambiental de Obras
Manipulação de óleos, graxas e outros contaminantes	Risco de contaminação de solos e corpos hídricos	Controle Ambiental das Obras e Monitoramento Ambiental
Interdição ou desvio no acesso às edificações pela escavação e abertura de valas	Transtornos no Acesso às Edificações e Atividades de Serviços e Comércio Local	Controle Ambiental das Obras, Comunicação Social e Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços

A tabela a seguir sintetiza todas as medidas definidas, especificando:

- A natureza da ação: se preventiva, corretiva, mitigatória, compensatória ou potencializadoras;
- A fase do empreendimento: implantação ou operação e manutenção;
- A responsabilidade de implementação: executor e outros.

Tabela 4 – Principais Medidas a serem Adotadas na Obra

Programa	Natureza	Fase	Responsável
1 Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das obras (PDPGAO)	Preventiva e Corretiva (quando necessário)	Durante toda a obra	UCP/PRODETUR e supervisora de obras
2 Programa de Controle Ambiental de Obras (PCAO)	Preventiva	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação	Construtora contratada com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras

Programa		Natureza	Fase	Responsável
3	Programa de Comunicação Social (PCS)	Preventiva, Mitigatória e Potencializadora	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação	UCP/PRODETUR e Construtora contratada
4	Plano de Consulta Pública Comunitária (PCPC)	Preventiva e Potencializadora	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação, de acordo com o calendário de reuniões ou quando necessário.	UCP/PRODETUR
5	Programa de Educação Ambiental (PEA)	Preventiva, Mitigatória e Potencializadora	Durante e imediatamente após o término das obras	UCP/PRODETUR
6	Programa de Gênero e Vulnerabilidade (PGV)	Preventiva e Potencializadora	Durante toda a obra	UCP/PRODETUR
7	Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços – PCIE	Preventiva e Mitigadora	Durante a obra	Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras
8	Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra – PCCO	Preventiva e Mitigadora	Antes e durante toda a obra	UCP/PRODETUR
9	Plano de Ação Corretiva de Passivos Ambientais – PACPA	Corretiva	Imediatamente na ocorrência para medidas emergenciais e durante toda a obra nos trechos de maior risco a acidentes.	UCP/PRODETUR, construtora contratada e Secretarias relacionadas
	Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC	Preventiva	Durante a obra	Construtora contratada com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras

6 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Este item abrange a análise dos passivos ambientais identificados na execução das obras. Tal avaliação tem como base os documentos gerados no âmbito do PRODETUR Salvador, assim como entrevistas e documentação fornecidas pela UCP/PRODETUR e vistorias de campo.

São identificados na obra da Avenida Sete de Setembro riscos relacionados à segurança no entorno imediato às obras nas áreas de movimentação dos equipamentos. Tal fato se configura, principalmente, pela insistente presença de comerciantes ambulantes que retornaram ao local original de atuação antes da finalização da obra, ou de ambulantes que ocuparam espaços ainda livres do passeio antes utilizados por outros ambulantes remanejados. O espaço residual dos passeios no qual as obras não estão sendo executadas tem largura limitada para o fluxo de pedestres. Observa-se que, nesses locais, há uma insistente permanência de ambulantes muito próximos à área de escavação e no qual a área encontra-se delimitada apenas por cerquite, o que torna o acesso direto de pessoas ao raio de atuação da obra.

Ações de segurança na área da obra e do entorno imediato devem ser implantadas buscando a integridade de civis e trabalhadores durante a construção. A movimentação de máquinas e equipamentos, principalmente aqueles que estão relacionados com a fase de escavação e terraplanagem, por serem máquinas de porte pesado como retroescavadeiras, contempla riscos de acidente e devem ter em seu raio de atuação atenção especial na questão da segurança.

O objetivo é proteger a saúde e segurança da população, sejam comerciantes informais, ambulantes, lojistas ou transeuntes, provendo um ambiente seguro e confortável durante a implantação.

A implantação das obras visa ampliar a largura do passeio atual. As fotos a seguir mostram exemplos de trechos com terraplanagem e implantação de subleito, no qual pode se observar a operação de retroescavadeira e a forma de cercamento das áreas de obra.

Nota-se que para o lado da pista de rolagem de automóveis o cercamento foi feito com tapume metálico com cerca de um 01 (um) metro de altura, não impedindo a vista às lojas e edificações presentes, trazendo maior amplitude ao motorista e transeuntes. No lado oposto, no qual a obra limita-se com o passeio remanescente, a delimitação e proteção é feita com cerquite.

Nos trechos de obra no qual há maior movimentação do comércio, o passeio remanescente permite a passagem de pedestres nos dois sentidos. Os comerciantes ambulantes persistentes na área de movimentação da obra ocupam parte desse espaço, possibilitando a passagem de pedestres em um espaço reduzido (apenas em um sentido). Os comerciantes se espalham ao longo do passeio remanescente por vezes do lado das edificações e por vezes encostados no cerquite da obra.

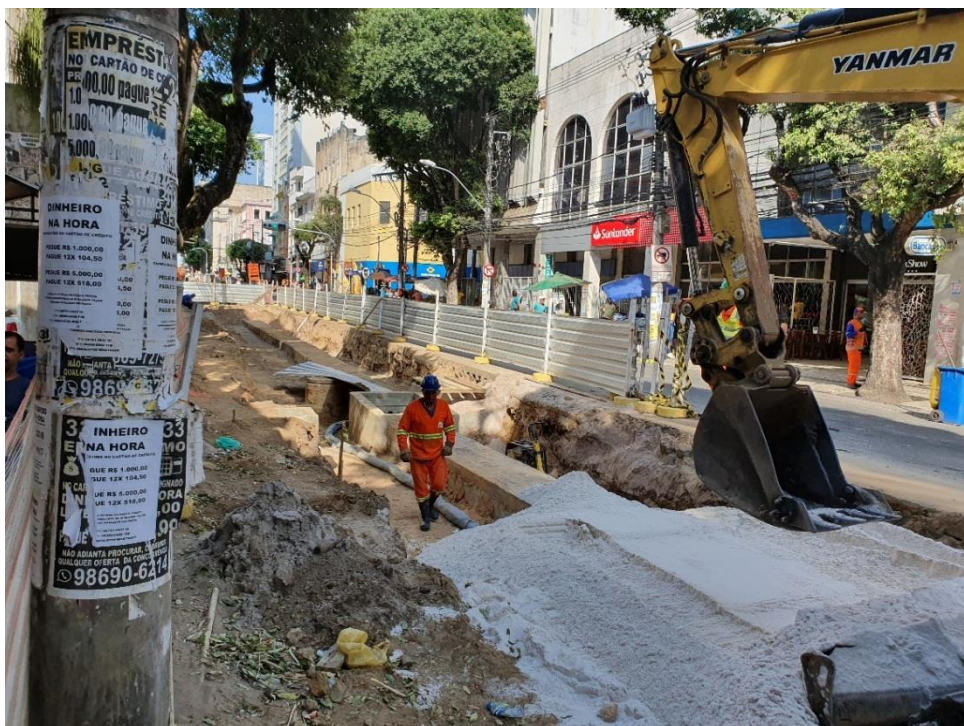
O reforço nas ações de orientação/conscientização da comunidade, em especial dos comerciantes ambulantes, a melhoria na sinalização e na proteção da área da obra são fundamentais para reduzir os riscos iminentes pela presença de pessoas nos trechos de movimentação de máquinas e equipamentos da obra.

Foto 5 – Trecho com obras de ampliação do passeio



Fonte: Marcelo da Costa, 2019

Foto 6 – Trecho com obra de ampliação do passeio onde se observa a operação de retroescavadeira



Fonte: Marcelo da Costa, 2019

7 PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Este item abrange as diretrizes e encaminhamentos que deverão ser feitos no âmbito dos Programas Ambientais e Sociais do Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, cujo intuito é dar sustentabilidade ambiental ao projeto e atender às políticas operacionais do BID, bem como a mitigação/compensação de impactos negativos e a garantia de atendimento das condicionantes ambientais eventualmente atreladas às licenças ambientais.

7.1 Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras - PDPGAO

O Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das Obras- PDPGAO é base para a gestão de documentos específicos por meio dos quais a Prefeitura de Salvador promoverá a gestão ambiental da Construção dos projetos do PRODETUR Salvador.

A execução deste Programa na fase de obras irá contar com a equipe multidisciplinar da UCP/PRODETUR, objetivando aferir a implantação das medidas e procedimentos ambientais propostos nos estudos ambientais por parte da construtora e reportar os resultados em relatórios gerenciais ao BID.

Os procedimentos e formulários que compõem o PDPGAO tornam as ações de mitigação de impactos e controle ambiental mais objetivas, facilitando a compreensão para os responsáveis pelas obras.

O Programa transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e profissionais de planejamento, execução e supervisão, tanto do UCP/PRODETUR, como das empresas, supervisora e construtora, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, tradicionalmente, sem o mesmo, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social.

Também torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e de processos, e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

Os objetivos específicos da gestão ambiental das obras na fase de construção são:

- Preparar documentos técnicos necessários para o registro dos atendimentos às exigências e condicionantes ambientais;
- Acompanhar e avaliar a implementação dos programas ambientais propostos nesse PGAS e em outros documentos técnicos ambientais, se pertinente;
- Acompanhar a execução do projeto, visando a inserção da componente ambiental no projeto e assegurar o atendimento à legislação ambiental e urbanística aplicável;
- Preparar diretrizes e especificações ambientais, sempre que verificar a necessidade de complementação das especificações de obras;

- Articular todos os envolvidos na execução dos programas ambientais propostos, de maneira a se obter a conformidade dos seus prazos com as atividades das obras, antecipando as ações em relação aos impactos ambientais previstos;
- Realizar a supervisão das obras para verificar se a construtora está adotando medidas e procedimentos de prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais, conforme previstos nas especificações ambientais do Projeto.

O escopo aqui estabelecido abrange o gerenciamento dos demais planos e programas ambientais propostos neste documento, especificamente na fase de obras, com o objetivo de monitorar a implantação das medidas definidas no âmbito da construção do PRODETUR Salvador, além das exigências e condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais e legislação vigente. Abrange, também, o gerenciamento do atendimento às salvaguardas do BID.

7.1.1 Procedimentos e Diretrizes

O Programa possui inter-relação com todos os demais planos e programas propostos no âmbito do PPGAS, na medida em que será um programa estruturador, em torno do qual todos os demais estarão interligados.

O PDPGAO traz o compromisso de interceder como instrumento de ligação e esclarecimentos das questões de caráter ambiental relacionadas à implantação do empreendimento, entre todos os atores sociais e público alvo, podendo estabelecer, se necessário, um canal direto com o sistema de ouvidoria da Prefeitura de Salvador e a UCP/PRODETUR, no sentido de se adotar providências cabíveis nas queixas.

Será necessário o uso de relatórios de acompanhamento ambiental padronizados para realização dos documentos fiscalizatórios.

O gerenciamento ambiental deve ser controlado através de documentos específicos sistematizados por meio dos quais a UCP/PRODETUR promoverá a gestão ambiental durante o planejamento e a implantação das obras e o cumprimento da legislação ambiental, das Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID.

Os documentos que compõem o gerenciamento ambiental são o **Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental e o Plano de Controle Ambiental**, que serão desenvolvidos com base nos programas que compõem o conjunto de medidas mitigadoras do PRODETUR Salvador e nas condicionantes da licença ambiental. Os dois documentos deverão, portanto, conter informações do planejamento e as ações executadas sobre:

- Cronograma físico, devendo constar em uma linha do tempo, o começo e o fim de cada uma das fases ou atividades da obra.
- Registro de carga e descarga de materiais e resíduos da construção, incluindo o registro da sinalização adequada na via de acesso dos veículos e pedestres.
- Apresentar informações sobre o cumprimento da Norma Trabalhista em especial da Norma Regulamentadora 18 - NR 18.
- Ações previstas e executadas no Programa de Controle Ambiental de Obras do PGAS.

- Ações previstas e executadas no Programa de Comunicação Social do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Consulta Pública Comunitária do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Educação Ambiental do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Gênero e Vulnerabilidade do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra do PGAS.
- Atendimento às orientações do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), incluindo:
 - a) Disposição de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente.
 - b) Instalação de baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens etc.).
 - c) Manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD).
 - d) Documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas.

O Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental das Obras apresenta na sua concepção e estrutura e estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do PRODETUR Salvador, em conformidade com os estudos e programas socioambientais decorrentes do licenciamento ambiental das obras e as Políticas Socioambientais do BID.

O Plano de Controle Ambiental, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle. Desta forma, o Plano proposto contempla os instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua das ações que interferem no ambiente e na sociedade provenientes das obras de implantação. Este Plano está previsto entre as condicionantes ambientais da licença de instalação e deve estar imbuído de procedimentos e diretrizes estipuladas no PGAS.

A seguir, são apresentados os principais itens a serem observados no PDPAO, de forma a atender aos requisitos do BID onde tais itens aglutinam normativas e práticas do UCP/PRODETUR e visam, apenas, a descrição sumária de procedimentos.

Atividades de Licenciamento Ambiental

Compreende a preparação de documentos técnicos necessários para a obtenção e renovação de licenças e autorizações. As principais atividades são as seguintes:

- Preparação dos documentos necessários para a obtenção ou renovação das autorizações e licenças junto aos órgãos competentes.
- Elaboração de documento técnico para solicitação da Licença ambiental, no qual inclui registros fotográficos das obras concluídas e a demonstração do cumprimento de todas as exigências e recomendações contidas na Licença. No caso da Avenida Sete de Setembro, as obras já possuem a referida Licença, não carecendo de apresentação da documentação comprobatória.
- Acompanhamento do processo de obtenção das Licenças e autorizações, atendendo às eventuais solicitações de esclarecimentos e/ou complementações de documentos.

Gestão dos Programas Ambientais

Abrange a gestão dos Programas Ambientais descritos a seguir, compreendendo as atividades relacionadas ao gerenciamento da execução destes programas ambientais propostos, assegurando que a sua implementação atenda aos objetivos e prazos previstos, envolvendo as seguintes atividades principais:

- Preparação de instrumentos gerenciais, tais como:
 - (i) Elaboração do cronograma geral para contratação e execução dos programas ambientais e da obra;
 - (ii) Preparação de Termos de Referência para a contratação de empresas e/ou consultores para a execução de programas específicos, caso seja necessário;
 - (iii) Preparação de relatórios gerenciais periódicos.
 - (iv) Desenvolver as atividades de gestão e acompanhamento dos programas até a conclusão dos programas ambientais.

Supervisão/Fiscalização Ambiental das Obras

Compreende as atividades de supervisão ambiental das obras, no âmbito da Fiscalização de Obra, que abrange as atividades de acompanhamento e fiscalização diária das frentes de obras, para a verificação da efetiva adoção das medidas e procedimentos voltados para a prevenção, controle e correção de impactos ambientais, sendo as principais atividades as seguintes:

- Utilização de procedimentos para a supervisão de obras em que são definidos os instrumentos de registros de inspeções de campo, de ocorrências ambientais e de acompanhamento de medidas de prevenção/controle/mitigação de impactos e recuperação de áreas degradadas.
- Procedimento de monitoramento de parâmetros de qualidade ambiental na área de intervenção, tais como: ruídos, emissões atmosféricas, efluentes, resíduos, poeiras, incômodos à população, impactos sobre o sistema viário e trânsito, erosão e assoreamento de rios etc., decorrentes das atividades de obras.

- Acompanhamento dos estudos e licenciamento ambiental das instalações de apoio (canteiro de obras, Depósitos de Material Excedente - DME's, dentre outros).
- Acompanhamento sistemático das obras, verificando o cumprimento das especificações ambientais, a ocorrência de impactos no meio ambiente e a adoção de medidas para a prevenção/controle/mitigação de impactos.
- Acompanhamento das atividades geradoras de resíduos sólidos e líquidos, principalmente no que se refere a produtos oleosos, químicos e inflamáveis. Acompanhar o manejo adequado de eventuais solos contaminados encontrados durante os trabalhos de escavação.
- Elaboração de relatórios mensais com o registro das ocorrências ambientais, avaliação do desempenho da construtora no atendimento aos requisitos ambientais e emissão de certificado de conformidade ambiental.
- Acompanhamento da desativação de instalações de apoio à obra e recuperação de áreas utilizadas.
- Preparo de Relatório Ambiental de Encerramento da Obra, registrando o cumprimento de todos os requisitos previstos nas licenças ambientais e nas políticas e salvaguardas do BID.

7.1.2 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa, e a elaboração dos Planos previstos neste, é responsabilidade da UCP/PRODETUR, através da Supervisora Ambiental de Obras e construtora contratada pela obra.

As ações de responsabilidade da UCP/PRODETUR dentro deste PDPGA são:

- (i) Planejar as ações socioambientais previstas para cada projeto;
- (ii) verificar a inserção dos critérios de elegibilidade socioambiental nos projetos de engenharia;
- (iii) verificar a inclusão dos critérios de elegibilidade socioambiental e exigências de licenciamento nos editais de licitação de obra;
- (iv) aprovar o início das intervenções físicas nas áreas, somente após a verificação de que exigências, ações e procedimentos socioambientais foram obedecidos e atendidos de forma adequada;
- (v) decidir sobre ações e procedimentos de obras, em conjunto com o construtor e órgão responsável, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- (vi) visitar periodicamente as obras para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de

qualidade recomendados nos procedimentos socioambientais do PGAS do Programa, nas condicionantes das autorizações e licenças ambientais e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

(vii) aprovar, no caso de ações que tragam impactos socioambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas;

(viii) elaborar relatórios na fase de implantação que deverão ser encaminhados semestralmente ao BID; e

(ix) realizar avaliação periódica de desempenho socioambiental do Programa ao longo da implantação.

7.2 Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAO

A maior parte dos impactos ambientais decorrentes da implantação das obras está associada à fase de construção. Assim, é necessária a adoção de procedimentos e medidas destinadas a evitar ou minimizar, de forma efetiva, a ocorrência desses impactos.

Há algum tempo que requisitos ambientais vêm sendo incorporados nas especificações técnicas que orientam a execução de obras civis e nos documentos de licitação de obra. A experiência acumulada em trabalhos de supervisão ambiental de obras de infraestrutura demonstra que o conhecimento prévio das medidas preventivas ou mitigadoras representam melhores resultados na proteção ao meio ambiente.

Neste sentido, o presente Programa de Controle Ambiental de Obras se baseia na experiência acumulada pela UCP/PRODETUR, contribuindo para sua melhoria, no que couber.

7.2.1 Objetivos

Como a maior parte dos impactos ambientais ocorrem justamente na fase de obra, o objetivo deste Programa é proporcionar instrumentos norteadores que possibilitem a execução das obras em condições ambientais adequadas.

É também papel deste Programa atingir a meta zero de acidentes e incidentes de trabalho, bem como transferir conhecimento ambiental e de segurança do trabalho aos envolvidos na obra ou que se avizinham a esta.

Por fim, mas não menos importante, este Programa também prevê ações de encerramento ambientalmente adequado de frentes de obra ou estruturas associadas, de forma a reduzir ao máximo impactos ambientais e passivos após as fases de obras e que impactam o meio ambiente e/ou comunidades e tragam custos extras ao Programa e à UCP/PRODETUR.

7.2.2 Procedimentos do Gerenciamento Ambiental das Obras

A seguir são apresentados os procedimentos do Planejamento Ambiental das Obras, da Supervisão Ambiental de Obras e Relatórios Ambientais a serem elaborados durante a fase de obras que se constituem como importantes ferramentas para redução de impactos e redução de entraves para a implantação das obras.

7.2.2.1 Planejamento Ambiental das Obras

Os editais de licitação das obras deverão prever a exigência de aplicação e cumprimento deste PGAS, através do PCAO.

O Planejamento Ambiental deve ser realizado como primeira atividade após a assinatura do contrato com a empresa construtora e atualizado permanentemente.

Antes do início das obras, deverá ser realizado um detalhamento do plano de execução deste PCAO, no formato de um Plano Ambiental de Obras (ver PDPGA), com base: (i) no projeto executivo elaborado; (ii) nas diretrizes gerais constantes do mesmo; (iii) nos programas constantes nos estudos ambientais; (iv) nas medidas constantes das Autorização Ambiental (AA). Este detalhamento deverá conter, mas não se resumir:

- As medidas adotadas, ou a serem adotadas, para cumprimento das exigências e condicionantes de execução de obras constantes dos estudos ambientais, de Autorização do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e da Autorização Ambiental.
- A definição dos locais para implantação de canteiros, áreas de bota-foras e de áreas de empréstimo, com as devidas licenças ambientais.

7.2.2.2 Supervisão Ambiental de Obras

A Empresa construtora disponibiliza profissionais que são responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento dos requisitos técnicos e ambientais que constam do contrato de execução das obras. Esses profissionais são responsáveis por verificar e atestar que todas as atividades relativas ao meio ambiente envolvidas na construção das obras estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade ambiental recomendados nas especificações de construção e montagem, nas licenças ambientais expedidas e neste PGAS.

A supervisão ambiental deve trabalhar em coordenação permanente com os demais integrantes da gestão ambiental do empreendimento, executando inspeções técnicas nas diferentes frentes de obra ou atividades correlatas em desenvolvimento.

À Supervisão Ambiental cabe:

- Implementar inspeções ambientais, para verificar o grau de adequação das atividades executadas, em relação aos requisitos ambientais estabelecidos para as obras e subprogramas ambientais a elas ligados.
- Verificar o atendimento às exigências dos órgãos ambientais relativas ao processo de licenciamento do empreendimento e às recomendações das entidades financiadoras internacionais.
- Inspecionar, periodicamente, e sem aviso prévio, as distintas frentes de serviço no campo, para acompanhar a execução das obras e sua adequação ou não aos programas de gestão ambiental.
- Avaliar as atividades das equipes ambientais das empresas construtoras.
- Sugerir ações e procedimentos, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais.
- Propor, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões mensais de planejamento, penalidades contra a empresa construtora.
- Avaliar, no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a necessidade de paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas. Nesse caso, a supervisão deve preparar relatório sintético à coordenação de gestão socioambiental, informando as questões envolvidas e a proposição de paralisação.
- Cabe destacar que o processo de paralisação de obras deve ser considerado como último recurso, visto que a própria paralisação poderá acarretar diversos impactos ambientais, devendo ser alvo de grande discussão pelo envolvidos.
- Avaliar periodicamente a eficiência dos programas ambientais relacionados às intervenções físicas previstas e propor os ajustes necessários.
- Preparar e apresentar relatórios periódicos de supervisão ambiental ao empreendedor e às entidades financiadoras nacionais e internacionais. Os relatórios de supervisão devem ser, no mínimo, trimestrais.

7.2.2.3 Relatórios Ambientais Durante a Construção

Durante a execução das obras, o acompanhamento dos aspectos ambientais deve ser realizado por meio de uma série de relatórios periódicos. Esses relatórios, de periodicidade mensal, devem contemplar, de um lado, as realizações quantitativas nos aspectos ambientais, permitindo a medição e o pagamento correspondente à empresa construtora. Por outro lado, devem apontar as medidas adotadas para cumprimento das demais exigências do licenciamento, possibilitando o acompanhamento por parte do empreendedor e do órgão licenciador.

Os relatórios para acompanhamento devem ter, sempre que possível, registros fotográficos da evolução da obra e das medidas e programas ambientais, servindo, posteriormente, aos demais programas constantes do PGAS.

Os relatórios a serem enviados ao BID devem ter a **periodicidade semestral**.

7.2.3 Atividades de Planejamento Ambiental de Obras

A execução de obras envolve uma sequência de atividades no campo que, dependendo da natureza do terreno, do uso urbano ou rural e da cobertura vegetal existente, podem ter impactos variáveis sobre o meio ambiente.

Desta forma, é necessário o acompanhamento e fiscalização das obras pela UCP/PRODETUR, visando diminuir os transtornos das obras públicas para a coletividade, verificando o cumprimento de medidas de proteção ao canteiro de obras e a vizinhança, executando inspeções das edificações vizinhas e implantando procedimentos relativos aos serviços de terraplenagem, demolições e remoções, drenagem urbana, pavimentação e obras complementares de urbanização além de medidas de controle do bota-fora, detalhamento da sinalização de advertência a ser implantada, entre outros procedimentos.

O planejamento ambiental deve ser realizado logo ao início do contrato com a empresa construtora e atualizado permanentemente. Este planejamento deverá ter, como característica relevante, a análise prévia do dia-a-dia das obras.

7.2.3.1 Equipe da Construtora

A construtora deve possuir uma equipe composta por um responsável pelas ações socioambientais, pelo planejamento e pelo acompanhamento e controle ambiental das obras, sendo, também, o representante da Construtora na articulação e relacionamento com a supervisão ambiental de obras e com a UCP/PRODETUR. A equipe será, além disso, responsável pela autofiscalização da Construtora, bem como por acompanhar a Supervisão Ambiental de Obras, atender e encaminhar suas demandas.

Contratação de Pessoal

Durante o cadastro e seleção de pessoal, deverá ser dada prioridade aos trabalhadores da região da área de influência do empreendimento.

As informações quanto ao cadastramento de pessoal deverão ser claras quanto ao tipo de serviço oferecido, número de vagas por categoria, grau de instrução e temporalidade das obras, o que evitará que muitos interessados se desloquem para o local, sem que preencha os requisitos necessários.

Os responsáveis pela obra deverão passar aos trabalhadores informações corretas sobre o empreendimento, em especial no que se refere à temporalidade dos serviços.

Quanto às adversidades diretas aos trabalhadores na obra, devem ser cumpridas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especificamente quanto à proteção do trabalhador e do ambiente de trabalho.

Requerimentos Ambientais para Contratação de Empresas

O edital de licitação das obras deverá estabelecer os requisitos ambientais mínimos a serem atendidos pelas empresas construtoras na fase de licitação das obras. Deve-se exigir das empresas proponentes:

- Qualificação técnica ambiental, com base em experiência comprovada na execução de projetos e obras relacionadas aos respectivos componentes de cada executor do Projeto, aí incluídas obras de sistemas viários urbanos com a consideração de aspectos ambientais construtivos.
- Relação da equipe ambiental própria ou de empresa subcontratada, acompanhada de declaração de que esta atuará sob a total responsabilidade da empresa proponente.
- Os editais de licitação devem prever, também, exigência de aplicação e cumprimento do Plano de Controle Ambiental - PCA e cláusulas de penalização financeira em caso do não cumprimento do PGAS.

7.2.4 Atividades da Fase de Obras

A seguir, serão apresentados os subprogramas que deverão ser observados durante as fases de construção, de forma a dar sustentabilidade ambiental às obras. É importante destacar que esse material foi baseado em conhecimento e experiência da UCP/PRODETUR, de forma a ser articulado com a realidade local de suas equipes.

Ressalta-se que os subprogramas a seguir foram desenhados levando-se em conta os Estudos Ambientais (AAE, EVA, etc.) e os projetos a serem implantados (ou em implantação), sendo que eventuais questões aqui não previstas deverão ser alvo de discussão entre a UCP/PRODETUR, a Supervisão Ambiental, e as empresas contratadas para a construção, de forma a definir procedimentos adequados para tais casos e, se necessário, construir novos subprogramas para serem incorporados ao PGAS / PCAO.

7.2.4.1 Subprograma da Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras

Os Canteiros de Obras são instalações destinadas a abrigar escritórios, refeitórios, ambulatórios, sanitários, almoxarifados, armazenamento de materiais etc.

A escolha do local para implantação do canteiro de obras deverá ser feita considerando alguns aspectos:

- O local deve ser de fácil acesso, livre de inundações, ventilado e com iluminação adequada.
- O desmatamento deverá ser mínimo, procurando-se preservar as árvores de grande porte.
- Dever-se-á escolher locais onde não serão necessários grandes movimentos de terra.
- Deve-se levar em conta a direção dos ventos dominantes no caso do canteiro de obras se situar próximo a núcleos habitacionais.

A primeira diretriz que deve nortear o planejamento das construtoras, com relação à sua infraestrutura de apoio em campo, refere-se às características das comunidades existentes nas vizinhanças das áreas que serão afetadas, no sentido de que as atividades de obra, o funcionamento do canteiro e o convívio com os trabalhadores, mesmo que por período de tempo reduzido, não venham a acarretar impactos negativos significativos na qualidade de vida das populações. Normalmente, as atividades de obra e o afluxo de mão-de-obra durante a construção constituem um fator de incentivo às atividades econômicas das localidades e, assim, podem propiciar um impacto positivo. No entanto, conforme o tamanho e as peculiaridades de cada comunidade, impactos negativos podem ocorrer, tais como:

- Sobrecarga na infraestrutura de serviços urbanos.
- Aumento das demandas e consequente elevação de preços de bens e serviços.
- Alterações no comportamento e convívio social da comunidade.

A construtora deve construir mecanismos adequados e que garantam a autossuficiência dos canteiros, em termos de abastecimento de bens e insumos, garantir a oferta de transporte de trabalhadores, atendendo, no mínimo, aos critérios preconizados na norma da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a NBR-1367 (Áreas de Vivência em Canteiros de Obras), para permanência de trabalhadores nos canteiros de obras (alojados ou não), além dos requisitos ambientais a seguir apresentados.

A localização do canteiro deverá ser licenciada pelo órgão estadual de meio ambiente, conforme a legislação vigente. A escolha dos locais para implantação do canteiro deve contar com a participação direta da UCP/PRODETUR, para propiciar a integração dessas instalações com a infraestrutura existente. Deve ser evitada a implantação de canteiros próximos às unidades de conservação, áreas de preservação permanente, terras indígenas e áreas com cobertura natural preservada. Para instalação do canteiro deve-se, preferencialmente, escolher área já alterada.

A localização do canteiro não deve interferir com o sistema viário e de saneamento básico, sendo necessário contatar a Prefeitura, órgãos de trânsito, segurança pública, sistema hospitalar, concessionárias de água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc., para qualquer intervenção em suas áreas e redes de atuação, face à implantação do canteiro de obras.

O tráfego de caminhões e de equipamentos pesados deve se restringir aos horários que causem a menor perturbação na vida cotidiana da população. Esses horários devem ser preestabelecidos e submetidos à aprovação da fiscalização, que deverá obter a anuência do órgão de trânsito, caso necessário.

O canteiro deve atender às diretrizes da Legislação Brasileira de Segurança e Medicina no Trabalho, especialmente o Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros, para eventuais remoções de acidentados para hospital da região.

Após o término das atividades de implantação, toda a infraestrutura utilizada durante a construção das obras, caracterizada essencialmente por canteiro de obras, deverá ser removida, exceto nos casos em que essas estruturas forem aproveitadas na fase de operação do sistema, pelo empreendedor ou pela comunidade.

Não será permitido o abandono da área de canteiro sem recuperação do uso original, nem o abandono de sobras de materiais de construção, de equipamentos ou partes de equipamentos

inutilizados. Os resíduos devem ser acondicionados em locais apropriados, os quais devem receber tratamento adequado, conforme suas características.

Além da restauração definitiva das instalações eventualmente danificadas pela obra, os serviços devem englobar a execução de proteção vegetal nas áreas alteradas, de forma a garantir a estabilidade do terreno, dotando as faixas de obras de uma proteção permanente.

7.2.4.2 Subprograma da Implantação, Operação e Bota-Foras

É certo de que, nas obras de implantação da requalificação da Avenida Sete de Setembro, não resultam quantidades expressivas de material excedente, tendo em vista as boas práticas de manejo e aproveitamento do solo proveniente das escavações e terraplanagem. De qualquer forma, o subprograma a seguir descrito apresenta um marco de diretrizes a serem acionadas nas situações identificadas.

A obtenção de licenças dos órgãos ambientais para as áreas de bota-foras temporários ou definitivos será responsabilidade da empresa contratada para a execução das obras.

Áreas de bota-fora temporário serão utilizadas para a deposição de material retirado de cavas ou valas e passíveis de reutilização para aterros ou reaterros e cuja permanência no local de execução das obras possa causar incômodo a veículos e pedestres. Os bota-foras definitivos receberão aquele material removido da área das obras e cujas características geotécnicas inviabilizam a sua utilização para aterros e reaterros.

Para ambos os casos a empreiteira deverá obter licença de utilização e, ao final do seu uso, recompor as condições originais da área (para bota-fora temporário) ou dar conformação ambientalmente adequada (para áreas de bota-fora de disposição permanente de material), com ênfase para eventual percolação de líquidos indesejáveis, cobertura vegetal, drenagem, etc.

7.2.4.3 Subprograma de elaboração do Plano de Ação de Emergência – PAE

O Plano de Ação de Emergência tem por objetivo apresentar os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados em situações emergenciais que possam ocorrer. São procedimentos que levam a atuações rápidas e eficazes visando preservar a vida das pessoas presentes nas instalações e seu entorno imediato, manter a segurança das comunidades circunvizinhas e garantir a qualidade ambiental. Os procedimentos se fundamentam em hipóteses acidentais relevantes, considerando os riscos presentes nas obras, obtidos na Análise de Risco Ambiental.

O PAE será composto dos itens descritos a seguir:

- Caracterização do Empreendimento.
- Glossário de Termos
- Descrição Sucinta dos Riscos Presentes no local (canteiro, frente de trabalho, estrutura operacional etc.).
- Níveis de Emergência.

- Estrutura Organizacional, incluindo contatos e quem deve ser acionado em ordem de acionamento.
- Ponto de Encontro e Alarmes de Emergência.
- Participantes Externos do Plano, com contatos telefônicos.
- Procedimentos Gerais.
- Quadro Resumo dos Participantes do PAE.
- Procedimentos Emergenciais.
- Procedimentos Emergenciais em Caso de Animais Feridos.
- Sistemática de Treinamento.

Esses procedimentos deverão ser entregues mensalmente para serem analisados e aprovados pela UCP/PRODETUR. O PAE deve ser de conhecimento de todos os trabalhadores locais e deve ficar em local acessível para referência rápida, cabendo à supervisão ambiental fiscalizar se os trabalhadores foram treinados com os procedimentos do PAE e se o mesmo está atualizado e disponível.

7.2.4.4 Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores e Código de Conduta

Deve-se implementar ações de educação ambiental no âmbito da obra, de forma a ensinar, mostrar, conscientizar e prover as ferramentas necessárias para que os trabalhadores, inspetores e gerentes envolvidos na obra possam cumprir todas as medidas de proteção ambiental planejadas para a construção.

Essas ações devem cobrir todos os tópicos socioambientais, exigências e problemas potenciais do início ao término da construção. O método deve contemplar a utilização de uma apresentação sucinta, objetiva e clara de todas as exigências e restrições ambientais e das correspondentes medidas de proteção, restauração, mitigação e corretivas, no campo.

Deve ser apresentado em linguagem acessível aos trabalhadores, eventualmente com conteúdo e formatos de comunicação diferenciados, conforme a bagagem cultural de cada grupo.

A educação ambiental é de responsabilidade das construtoras. As atribuições dos responsáveis pelas ações de gestão ambiental devem ser descritas de forma a enfatizar suas responsabilidades e autoridades. As responsabilidades de cada trabalhador e sua respectiva especialidade devem ser definidas de forma objetiva.

O treinamento nas relações com o meio ambiente e com a comunidade deve ser oferecido a todos os trabalhadores, antes do início das obras. Trabalhadores contratados, após o início das obras, devem receber treinamento o mais breve possível, antes do início de suas participações nas obras.

Um dos principais impactos que deve ser gerenciado é o contato entre os trabalhadores das construtoras e a comunidade local, além do comportamento desses trabalhadores frente ao meio ambiente. Justifica-se, assim, a emissão de normas de conduta para os trabalhadores, bem como a promoção de atividades educacionais para a manutenção de bom relacionamento com as comunidades (Código de Conduta).

Deve ser requerido dos trabalhadores o cumprimento das normas de conduta e a obediência a procedimentos de saúde e de diminuição de resíduos, entre outras posturas. O código de conduta desenvolvido para as obras e que deve ser seguido pelos trabalhadores é apresentado no Anexo 2 deste PGAS.

7.2.4.5 Subprograma de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho.

Os cuidados com a Segurança, a Higiene e a Saúde Ocupacional das pessoas que trabalharem na implantação das obras não estarão restritos aos colaboradores da empresa contratada, mas incluem os trabalhadores de outras empresas que venham a prestar serviços para esta contratada.

As disposições a seguir descritas apresentam as condições e requisitos mínimos que deverão ser seguidos pela contratada e eventuais subcontratadas e deverão ser objeto de procedimentos que garantam a excelência na Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho, devendo abranger, indistintamente, toda a força de trabalho e instalações da contratada e de suas eventuais subcontratadas, colocadas à disposição das obras.

Esses procedimentos deverão atender prioritariamente à legislação federal, estadual e municipal vigente e às normas, procedimentos e instruções aplicáveis emitidas por entidades públicas com atribuição para regular estas questões.

Esta implica na obrigatoriedade do cumprimento dos termos de Acordos Coletivos de Trabalho firmados pelo SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Estabelecem-se neste documento as exigências relativas à vivência (que inclui alimentação e transporte) dos empregados da Contratada, ressaltando-se que, para aqueles que forem migrados de outras regiões, as condições a serem oferecidas deverão ser dignas e compatíveis com o nível hierárquico do empregado.

Deverão também ser estabelecidos, ao longo do processo, de forma bem clara, a periodicidade, os pontos, os indicadores e os métodos de controle durante a implantação deste subprograma.

Generalidades

Normas Auxiliares ou Complementares

A observância das prescrições deste documento não desobriga a contratada do cumprimento integral da Legislação Brasileira relativa à Segurança e Saúde do Trabalho, em especial o atendimento à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras, legislações estaduais, municipais e suas instruções técnicas em vigor, bem como àquelas que versarem sobre o assunto e passarem a vigorar após a contratação do serviço.

Validade / Aplicação das Normas

Para todas as empresas contratadas para desenvolvimento de obras de empreendimentos contratadas pelo Prestador de Serviços.

Definições

- ASO – Atestado de Saúde Ocupacional.
- CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- CONTRATADA – empresa contratada para executar Empreendimentos.
- EPI – Equipamento de Proteção Individual.
- PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional.
- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho

Requisitos

Responsável por Assuntos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

A contratada deverá designar formalmente um empregado que será o responsável por assuntos SEGURANÇA, HIGIENE E A SAÚDE OCUPACIONAL e que esteja apto a tal.

Ruído Excessivo

Todas as pessoas que trabalharão em ambiente expostos a ruídos excessivos deverão ter avaliação de saúde que inclua audiometria (validade de doze meses) e contar com os EPIs apropriados.

Proteção Respiratória

Todas as pessoas que trabalharão na obra e que necessitarem fazer uso de equipamentos de proteção respiratória adequados ao nível de proteção necessário, (inclui qualquer tipo de máscara) deverão ter avaliação de saúde que inclua espirometria (validade de doze meses).

Operação de Máquinas Móveis

Todas as pessoas que trabalharão na obra, realizando atividades com utilização de máquinas móveis (empilhadeiras, tratores, caminhões, carretas, guindastes, guinchos e similares) e/ou motoristas deverão, obrigatoriamente, apresentar os seguintes exames médicos complementares:

- Avaliação da acuidade visual (renovado a cada 2 anos).
- Teste ergométrico (renovado a cada 2 anos).
- Eletroencefalograma inicial.
- Audiometria (renovação anual).

Veículos

Nas carrocerias de veículos será permitido transporte de equipamentos, ferramentas e/ou materiais usados na execução da obra/serviços. Não será permitido transporte de pessoas em suas carrocerias.

Os veículos deverão ser, necessariamente, conduzidos por pessoa legalmente habilitada e estar em boas condições, de acordo com a Legislação aplicável.

Equipamentos de Proteção Individual

Compete à Contratada fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI's de uso permanente e básicos (capacete de segurança, sapatos de segurança e óculos de segurança) assim como outros EPI's que se fizerem necessários de acordo com a natureza dos serviços. O EPI a ser utilizado em tarefas da contratada deverá basear-se na NR 6 da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho.

O controle de entrega de EPI individual deve ser devidamente atualizado e mantido em posse da contratada, ficando à disposição para Fiscalização do Prestador de Serviços e eventuais fiscalizações dos órgãos competentes.

É de responsabilidade da contratada a fiscalização do uso dos EPI's adequados pelos seus empregados, bem como o treinamento dos mesmos sobre seu uso, guarda e conservação.

Todos os EPI's distribuídos deverão possuir CA, e cópias desses documentos deverão ser mantidas no canteiro da Contratada, ficando à disposição para Fiscalização da Equipe Ambiental da Construtora e eventuais verificações dos órgãos competentes.

A Fiscalização poderá fazer, aleatoriamente, verificações da qualidade e das condições dos EPI's, retirando de uso aqueles que forem reprovados, ficando a contratada na obrigação de repô-los sem ônus aos empregados.

Os EPI's eventualmente retirados de uso pelo Prestador de Serviços serão inutilizados e entregues à contratada para correta disposição final.

Os capacetes devem ter, obrigatoriamente, a identificação explícita da Contratada.

O protetor auricular usado deve ser o tipo concha, e salvo nas aplicações de proteção combinada, o protetor auricular descartável poderá ser permitido.

Todo e qualquer EPI definido como descartável terá sua utilização limitada a, no máximo, um dia ou, em caso de deterioração e/ou contaminação imediata, a, no máximo, um único uso, devendo ser descartado em seguida. Não é permitida, aos empregados das Contratadas, a utilização de EPI's que não sejam fornecidos por estas e/ou a utilização de EPI's de qualquer espécie descartados pelo Prestador de Serviços.

Uniformes

A empresa contratada deve, obrigatoriamente, fazer o uso de uniformes, preferencialmente, padronizados (cor, identificação da Contratada) nos empreendimentos.

A Contratada deve manter em estoque, no Canteiro de Obras, pelo menos uma troca de uniforme para cada empregado.

Preferencialmente, os uniformes deverão ser higienizados por empresa especializada, contudo, desde que ajam condições para tanto, os uniformes poderão ser lavados pelos próprios usuários.

Uniformes utilizados em locais com possibilidade de contaminação química e/ou biológica não poderão ser lavados pelo próprio usuário, devendo ser obrigatoriamente higienizados por empresa especializada ou devidamente descartados.

Canteiro de Obras

A empresa contratada deverá apresentar uma planta do canteiro de obras considerando todas as construções de apoio necessárias, bem como um projeto ou descritivo de como serão executadas estas edificações, com especificações dos materiais (civil, mecânica, elétrica).

Alimentação

É terminantemente proibida a alimentação dos empregados nas frentes de obras ao relento ou em viaturas e veículos de serviço.

Os trabalhadores deverão ter à sua disposição água fresca e própria para consumo em todas as frentes de obra e locais de trabalho.

Depósito de Materiais

A empresa contratada deverá indicar, na planta de implantação, as áreas destinadas aos depósitos de materiais a serem utilizados na obra, quer sejam edificados ou não.

Os materiais a serem empregados na construção de obras civis ou de instalações devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas e/ou saídas de emergência e não provocar sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

Em pisos elevados os materiais não devem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha, a não ser que existam paredes ou elementos protetores. Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento ou dimensão devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo de material e a bitola das peças. As madeiras retiradas de andaimes, tapumes, formas e escoramentos devem ser empilhadas, depois de retirados ou rebatidos, os pregos, arames e fitas de amarração.

Os recipientes de gases para solda devem ser transportados e armazenados adequadamente, obedecendo-se às prescrições quanto ao transporte e armazenamento de produtos inflamáveis.

Os materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, devem ser armazenados em locais isolados, apropriados e sinalizados/identificados, de acordo com a Legislação vigente. Deverão ser mantidos inventários à disposição da fiscalização do prestador de serviços.

Sinalização/Isolamento de Área

As instalações da contratada deverão estar sinalizadas para:

- Identificar os locais de apoio que compõem o canteiro de obras.
- Indicar as saídas por meio de dizeres e/ou setas.
- Manter comunicação através de avisos, cartazes ou similares.

- Alertar quanto à obrigatoriedade do uso de EPI, específico para a atividade executada, com a devida sinalização e advertência próximas ao posto de trabalho.

Para toda e qualquer atividade realizada fora dos canteiros das contratadas é necessário isolamento adequado para evitar o acesso de pessoas não envolvidas à área de trabalho, bem como sinalizar aos motoristas de veículos diversos. Deverão ser providenciados através de pedestais de isolamento de área, construídos em material que facilite o transporte a serem utilizados em conjuntos com fitas zebreadas ou telas para demarcação. O fornecimento do material de isolamento é de responsabilidade da contratada.

Proteção Contra Incêndio

A empresa contratada obriga-se a dotar o canteiro de obras dos equipamentos necessários para combate a princípios de incêndios, de acordo com a Legislação Estadual e Federal vigente.

Todos os empregados locados no canteiro de obras devem ser treinados na correta utilização dos equipamentos portáteis de combate a princípios de incêndios, bem como a respeitar os locais destinados exclusivamente a estes equipamentos, não obstruindo passagens e acesso aos mesmos.

Ordem e Limpeza

As instalações da contratada devem se apresentar organizadas, limpas e desimpedidas, notadamente, nas vias de circulação, passagens e escadarias.

Entulho e quaisquer sobras de materiais devem ser regularmente coletados e removidos. Por ocasião de sua remoção, devem ser tomados cuidados especiais, de forma a evitar poeira excessiva e eventuais riscos.

É proibida a queima de lixo ou qualquer outro material no interior do canteiro de obras. É proibido manter lixo ou entulho acumulado ou exposto em locais inadequados do canteiro de obras.

Fiscalização

Supervisão Ambiental de Obras fará inspeções a qualquer momento nos locais onde a Contratada executar serviços.

Eventuais irregularidades constatadas, pela fiscalização e/ou preposto, deverão ser objeto de providências por parte da contratada, que deverá implementar as correções, observados os instrumentos previstos neste documento.

A Supervisão Ambiental de Obras irá suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança do pessoal, equipamentos ou meio ambiente. As suspensões dos trabalhos motivados por condições de insegurança não eximem a contratada das obrigações e penalidade das cláusulas dos contratos referentes a prazos e multas.

Elaboração e Apresentação do Plano

Na Elaboração do Plano de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho, a Contratada deverá definir, em conjunto com a Supervisão Ambiental de Obras, os formulários e *checklist* que serão utilizados na avaliação das condições estabelecidas no Plano para as condições de ambiente e de segurança de locais de trabalho e equipamentos.

7.2.4.6 Subprograma de Gerenciamento e Disposição de Resíduos

As ações de Gerenciamento e Disposição de Resíduos têm como objetivo básico assegurar que a menor quantidade possível de resíduos seja gerada durante a implantação das obras e que esses resíduos sejam adequadamente coletados, estocados e dispostos, de forma a não resultar em emissões de gases, líquidos ou sólidos que representem impactos significativos sobre o meio ambiente. Durante a execução das obras, é prevista a geração de três tipos de resíduos: sólidos, efluentes industriais e sanitários.

Resíduos Sólidos

O gerenciamento ambiental dos resíduos sólidos está baseado nos princípios da redução na geração, na maximização da reutilização e da reciclagem e na sua apropriada disposição. O canteiro deve contar com sistema de coleta interna de resíduos sólidos, os quais devem ser colocados em locais próprios para serem recolhidos pelo sistema público de coleta e disposição. Os resíduos não devem ficar expostos, pois podem atrair diversos vetores de doença e, eventualmente, servirem com depósitos indevidos de água.

Deve haver um perfeito controle sobre o lixo doméstico gerado no canteiro de obras. O lixo deve ser recolhido separadamente (orgânico/úmido e inorgânico/seco) para que possam ter destino final diferenciado. O lixo deve ser colocado em local adequado para ser recolhido pelo serviço de limpeza urbana do município ou, especificamente, no caso do lixo seco (papel, papelão, vidro, plástico, latas etc.), disponibilizado para ser recolhido por pessoas da comunidade próxima para a sua posterior reciclagem.

No transporte de entulho e lixo, para evitar a perda do material transportado, deve ser evitado o excesso de carregamento dos veículos, além de ser mantida uma fiscalização dos cuidados necessários no transporte, tais como em relação à cobertura das caçambas ou carrocerias dos caminhões com lona.

A disposição final do entulho de obra deve considerar o que preconiza a Resolução CONAMA nº 307, de 07 de julho de 2002, que estabelece:

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I) Classe A - São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II) Classe B - São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III) Classe C - São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; e

IV) Classe D - São os resíduos considerados perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução.

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I) Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II) Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III) Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

IV) Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Art. 13. No prazo máximo de dezoito meses os Municípios e o Distrito Federal deverão cessar a disposição de resíduos de construção civil em aterros de resíduos domiciliares e em áreas de "bota fora".

Resíduos Sanitários

Com relação aos resíduos sanitários, havendo infraestrutura no local, os efluentes líquidos gerados pelo canteiro de obras só devem ser despejados diretamente nas redes de águas servidas. Não existindo infraestrutura, devem ser previstas instalações completas para o tratamento dos efluentes sanitários e águas servidas por meio de fossas sépticas, ou

equipamento de similar eficiência, atendendo aos requisitos da norma brasileira NBR 7229/93, da ABNT.

Efluente das Atividades da Obra

Quanto aos resíduos oriundos das oficinas mecânicas, das lavagens e lubrificação de equipamentos e veículos, deve ser prevista a construção de caixas coletoras e de separação dos produtos, para posterior remoção dos óleos e graxas através de caminhões ou de dispositivos apropriados.

Devem ser adotadas medidas e procedimentos técnicos visando a coleta, o tratamento e a disposição final dos efluentes líquidos a serem gerados no Canteiro de Obras e demais instalações industriais e de serviços, associadas à execução das obras, de forma a garantir o atendimento às disposições legais vigentes, notadamente no tocante aos padrões de lançamento.

Deve ser feito o controle de contaminação de produtos perigosos incluindo o correto armazenamento de produtos perigosos, a instalação de diques de contenção para incidentes que resultam em eventuais vazamentos.

Devem ser utilizados dispositivos e/ou elementos de absorção para eventuais vazamentos de máquinas e equipamentos além de separador de água e óleo nos lavadores de máquinas, armazenamento adequado do óleo utilizado e destinação final para empresas recicladoras.

Durante as obras pode ocorrer acúmulo indevido de resíduos que venham a tornar-se depósitos indevidos de líquidos, fato este que também poderá ocorrer em depressões do terreno. Atenção especial deverá ser dedicada a esse aspecto, por ser um elemento importantíssimo no controle da proliferação de mosquitos, particularmente, o da dengue.

7.2.4.7 Subprograma de Controle de Ruídos

Várias atividades previstas, no contexto da implantação das obras, poderão gerar alteração dos níveis de ruído, entre as quais se destacam aquelas relacionadas à preparação do terreno - corte de árvores e demolição de edificações, implantação do canteiro de obras, movimentação de terra, trânsito de caminhões/bota-fora, recebimento de materiais, transporte de pessoal, concretagem, e outras atividade afins.

O ruído e as vibrações provenientes da execução dessas atividades deverão ser minimizados. É importante exercer um controle à emissão de ruídos por motores mal regulados ou com manutenção deficiente. Os silenciadores dos equipamentos deverão receber manutenção rotineira para permanecer funcionando a contento. Deve ser evitado o trabalho no horário noturno (entre 22h e 7h).

Deve ser realizada uma campanha, antes do início das obras, para medição do ruído nos locais de intervenções, junto aos principais receptores. Deverão ser consideradas as características de uso dos locais de intervenção, os principais equipamentos previstos nas obras e suas características de emissão de ruído, com o objetivo de garantir o necessário atendimento à legislação vigente: CONAMA 1/90, Norma ABNT NBR 10151 e legislações municipais correspondentes.

Deverão ser previstas medidas para minimizar e controlar os níveis de ruído esperados, tais como restrição a horários de operação, tapumes etc. As medições de ruído, nas áreas próximas às faixas de execução das obras, deverão ser realizadas quando houver grande incidência de reclamações. Estas ações deverão ser aprovadas pela Supervisão Ambiental de Obras. Os limites de ruído devem atender à norma ABNT NBR 10.151.

7.2.4.8 Subprograma para Controle de Emissão de Material Particulado

Este tem por objetivo minimizar as emissões atmosféricas provenientes das operações dos equipamentos e maquinários durante a execução das obras. Está prevista a adoção de práticas como a aspersão de água nas pilhas de agregados, nas pistas e em cargas que possam liberar material particulado.

Para evitar a geração de poeira que possa causar incômodos aos usuários das vias e aos moradores próximos às obras, a(s) construtora(s) deverá(ão) providenciar a irrigação constante das vias e dos acessos, em períodos secos, sempre que isto se mostrar necessário, mediante a utilização de caminhões pipas para umectação das vias afetadas ou utilização de outros materiais com o mesmo efeito de supressão de material particulado (por exemplo, cloreto de cálcio, sulfonato de lignina, emulsões asfálticas, e polímeros especiais).

Os caminhões e demais equipamentos só poderão circular em vias públicas com pneus e rodas devidamente limpos. Caminhões carregados deverão estar devidamente cobertos com lona, de forma a evitar queda de material.

7.2.4.9 Subprograma das Intervenções com Infraestrutura de Serviços

As interferências para instalação das obras envolvem escavação e a necessidade de compatibilização dos usos do solo e subsolo urbano, propiciando o restabelecimento das infraestruturas existentes no local com seu estado de conservação e funcionamentos adequados.

Com a implantação das obras, há a possibilidade de serem afetadas infraestruturas de abrangência local, com destaque para o sistema viário. Diversas vias de caráter local serão afetadas, tornando-se necessário estabelecer alternativas que garantam acessibilidade aos locais afetados.

Incluem-se, ainda, entre os itens da infraestrutura local, os sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, além de linhas distribuidoras de energia elétrica, gás e telefonia/comunicação.

Deve-se garantir a execução, em tempo hábil, das ações voltadas para a reestruturação das infraestruturas afetadas, de forma que, quando da entrada em operação das obras projetadas, as mesmas já estejam adequadas à nova situação, garantindo-se o cumprimento de suas funções.

7.2.4.10 Subprograma de Gestão do Sistema Viário

Esse Subprograma fixa as condições mínimas exigíveis para a Gestão do Sistema Viário para a execução das obras. Os elementos apresentados fornecem diretrizes e critérios visando diminuir

os transtornos e melhorar o bem-estar coletivo, incluindo municípios, funcionários da própria contratada e da Prestadora de Serviços, bem como seus prepostos.

Disposições Gerais

Deverão ser obedecidas as leis federais, estaduais, e municipais conforme sua aplicabilidade. Os requisitos definidos a seguir deverão ser implantados considerando as várias etapas das obras em diferentes pontos das cidades e rodovias. Deverão ser consideradas as várias limitações que serão feitas ao tráfego de veículos, ônibus, garagens residenciais e comerciais, escolas, hospitais, clínicas, centros de saúde e todo e qualquer transtorno causado na região.

Essa gestão deve ser realizada em articulação com a UCP, construtora, supervisora e a Transalvador, e devem ser observados seguintes requisitos:

- Contato com o órgão de trânsito local, agendando reunião com a presença do prestador de serviços e contratada.
- Calendário do município com eventos, festividades e feriados prolongados.
- Projeto de desvios de tráfego aprovado pelo órgão responsável.
- Cronograma Obra x Trânsito.
- Definir o prazo para liberação da frente junto ao órgão responsável.
- Comunicação para interdição e/ou desvios das ruas e/ou rodovias através de panfletos e faixas, aprovados pelo prestador de serviços e pelo órgão responsável pela gestão do Trânsito.
- Treinamento de equipes do sistema viário e conscientização da comunidade.
- Identificação e, quando necessário, definição de ações de controle de tráfego nos espaços que apresentem maior vulnerabilidade ao risco de acidentes, como escolas, espaços de lazer e atividades físicas, hospitais e postos de saúde etc.

Além dos requisitos apresentados, devem ser seguidas as orientações e recomendações da Superintendência de Trânsito de Salvador – Transalvador, conforme Ofício 209/2017, de 19 de dezembro de 2017. O ofício com as medidas solicitadas é apresentado no Anexo 3 deste PGAS.

Monitoramento da Gestão do Sistema Viário

Periodicamente, será realizada reunião entre fiscalização e a Contratada para monitoramento viário em andamento, os serviços a serem executados no mês seguinte, discussão de eventuais não-conformidades observadas e medidas tomadas para saná-las e entrega dos relatórios mensais que deverão ser aprovados pela UCP/PRODETUR.

7.3 Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas – PCS

Este Programa visa a implantação de instrumentos que garantam o fluxo de informações entre o empreendedor e a população local a ser afetada. Tais instrumentos de comunicação devem difundir, de forma adequada, as características do empreendimento em suas 03 (três) etapas

(projeto, construção e operação) assim como atuar preventivamente na mitigação dos impactos diretos e indiretos sobre a população e atividades econômicas.

7.3.1 Objetivos

O Programa de Comunicação Social tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir os eventuais impactos associados ao empreendimento, antes e durante o período de obras e, posteriormente, na etapa de operação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade informações básicas sobre o projeto, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação.
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos, bem como os requisitos de controle ambiental durante as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias.
- Divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa a partir da existência de mecanismos de consulta e participação de modo a receber, registrar e encaminhar adequadamente as demandas, reivindicações, reclamações e outras informações geradas pelas comunidades afetadas pelas obras, a fim de prevenir e dirimir situações de conflito e assegurar a transparência das ações governamentais.

7.3.2 Atividades Propostas / Abordagens

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

- **Informação** – Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar os diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira das obras da UCP/PRODETUR.
- **Articulação** – Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública regional e local, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.
- **Monitoramento e Avaliação** – Envolvem o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da sociedade.

O PCS abrange todos os segmentos da população diretamente afetados, além daqueles interessados nas intervenções previstas. Associado a este parâmetro, será considerado outro de caráter físico ou geográfico que também definirá a área de abrangência do Programa, a saber:

- **Área de Intervenção Direta das Obras** – A população e as atividades econômicas inseridas na área de intervenção necessária para implantação, as quais sofrerão os impactos diretos permanentes pela construção das obras.
- **Área de Influência Direta das Obras** – Constitui a população e as atividades econômicas lindeiras às obras e as comunidades próximas que devem sofrer influência dos impactos da implantação.

O desenvolvimento deste Programa deverá abranger as atividades, a seguir apresentadas:

- Caracterizar a estratégia de comunicação;
- Preparar eventuais materiais de divulgação;
- Definir os mecanismos de interação com grupos e municipalidades, quando necessário.
- Monitoramento e avaliação do Programa.

7.3.2.1 Atividade 1 – Definição da estratégia de comunicação do empreendimento

Organização e sistematização de informações técnicas

- As áreas afetadas pelas intervenções e os usos identificados nas vizinhanças são aquelas que poderão receber os principais impactos socioambientais das obras projetadas e os programas ambientais previstos.
- As especificidades locais relativas aos desvios e interrupções de trânsito, redução de velocidades, segurança etc..

- As soluções para mitigação de impactos socioambientais.
- O cronograma de implantação das obras.

Caracterização do público-alvo e mídias locais

Na etapa prévia ao início das obras será feita a caracterização geral do público-alvo, identificação das principais organizações sociais e suas lideranças, assim como dos principais meios de comunicação local existentes. Tais procedimentos já ocorrem na UCP/PRODETUR, através das ações de interlocução social. Importante comentar que esta ação foi realizada e executada pela equipe do escritório social.

Estruturação dos instrumentos de comunicação

Definir os conteúdos que deverão ser elaborados nos materiais a serem utilizados nos contatos com os diferentes públicos-alvo, ou seja, folhetos, vídeos, *releases* para a imprensa. A definição de materiais e conteúdo deverá contar com o aporte de sugestões das equipes de desapropriação e reassentamento, de modo que respondam também às inquietações da população e atividades eventualmente afetadas.

Identidade visual e de comunicação do empreendimento

Todas as peças de divulgação de informações devem ser padronizadas com uma identidade visual específica.

7.3.2.2 Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações do PRODETUR Salvador é necessário preparar material básico sobre o Projeto, com identidade visual. Quando necessário, serão elaborados materiais de divulgação tais como cartazes, cartilhas, panfletos, boletins informativos, banners, painéis etc., adequados a cada público-alvo.

7.3.2.3 Atividade 3 - Mecanismos de Comunicação e Mecanismo de Gestão de Queixas

Diversos mecanismos de comunicação deverão ser utilizados nas diferentes fases de implantação do Programa.

Fase de Planejamento

Nesta etapa, o foco principal serão as informações sobre:

- As características gerais das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos.
- Estudos socioambientais realizados e os principais impactos e programas.
- Divulgação dos meios de comunicação direta com o UCP/PRODETUR.

Fase de Construção

Nesta fase, é importante a divulgação de informações para a população no entorno das obras, como:

- Localização das intervenções e das áreas no entorno que poderão receber impactos socioambientais das obras projetadas; suas características específicas (cronogramas, métodos construtivos, áreas de apoio etc.); e os planos socioambientais previstos para controle e mitigação de impactos.
- Divulgação dos meios de comunicação direta com a UCP/PRODETUR.

As empresas construtoras, conforme detalhado no PCAO, ficarão responsáveis pela divulgação de informações relacionadas com as intervenções, tais como:

- Particularidades locais referentes à interrupção e/ou desvios de tráfego durante as obras, além de eventuais interrupções temporárias nas infraestruturas e equipamentos públicos.
- Atendimento de demandas do público de entorno da obra, referentes à operação de máquinas e equipamentos, geração de ruídos e material particulado etc.

Cabe à UCP/PRODETUR receber e triar reclamações e queixas para que se dê uma solução adequada à demanda e garanta que um contato dê retorno ao reclamante. É importante que reclamações sejam sempre respondidas, mesmo que improcedentes.

O Município de Salvador possui uma Ouvidoria Geral, responsável pela gestão do Programa Fala Salvador, que consiste em um novo conceito de relacionamento com o cidadão, a partir da padronização dos procedimentos de atendimento, facilitando o acesso e acompanhamento de suas demandas na Prefeitura de Salvador.

O sistema possibilita a melhoria da comunicação da população com os órgãos públicos, ao qual estão vinculados vários canais de atendimento à população, integrados através de uma plataforma tecnológica única, são eles:

- Telefone - 156
- Prefeitura Bairro - atendimento presencial
- Portal (internet)

Essa plataforma é alimentada pelo catálogo de serviços e informações, que é a ferramenta básica de suporte para a gestão do Atendimento e para a gestão das Demandas do cidadão, que compreende o conjunto de todos os serviços, ativos e aprovados, que podem ser prestados pela Prefeitura e que podem ser solicitados por um cidadão.

A Ouvidoria Geral trabalha com o sistema municipal de ouvidorias, que é composto por uma rede de ouvidorias setoriais, com respectivos ouvidores, responsáveis pelas demandas setoriais de 2ª instância, tais como reclamações, denúncias, elogios, informações e sugestões.

A Ouvidoria do Município de Salvador é referência em âmbito nacional, funcionando de maneira integrada, a fim de solucionar as demandas que são apresentadas pelos cidadãos, facilitando o acesso e o envio das demandas a todos os órgãos e entidades municipais. Ainda assim, garante o sigilo, a segurança e a autonomia de cada órgão.

Ouvidoria Específica

Para atender as demandas das Obras, deverá contar com a estrutura da Ouvidoria Geral, em apoio à ouvidoria Setorial, disponibilizando os canais e os relatórios necessários para implementação do Programa.

Desta feita, o canal telefônico (156), que tem 35 pontos de atendimento pela manhã/tarde e 15 pontos de atendimento pela noite e funciona 24 horas por dia, sete dias na semana, conta com um ramal específico para atendimento das demandas do PRODETUR.

Ademais, na unidade da Prefeitura Centro é disponibilizado, atualmente, guichê exclusivo para atendimento presencial das demandas relacionadas ao Programa, de segunda a sexta, das 8 às 17h.

O PRODETUR ainda conta com as plataformas virtuais (portal e aplicativo móvel) nas quais são disponibilizados acesso específico, cujos encaminhamentos são monitorados pelas equipes das ouvidorias geral e setorial.

Comissão de Acompanhamento de Obra

Será eleita uma comissão de acompanhamento de obra com participantes/representantes da comunidade. Tal comissão participará de atividades de verificação das obras, discussão de cronograma entre outros assuntos relacionados.

Esta comissão deve ter caráter consultivo e propositivo e se constitui em um canal de participação da comunidade.

Plantão Social

Haverá um plantão social próximo ao local da obra com equipe social para atender às demandas do projeto. O endereço do escritório deve ser divulgado ao público.

Campanha de divulgação prévia à entrega das obras

Na fase final de obras financiadas, dar-se-á ampla divulgação aos benefícios esperados com entrada em operação.

7.3.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa deverá ser iniciado antes das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção. Ao final, deverão ser reafirmados os canais já utilizados para comunicação junto à UCP/PRODETUR.

7.3.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A UCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações de informação durante o planejamento e construção, em articulação com as áreas de comunicação das empresas construtoras responsáveis pela obra.

7.4 Programa de Consulta Pública Comunitária– PCPC

Consultas à comunidade deverão ser realizadas sempre que houver questões que influenciem os modos de vida e incômodos relativos às atividades de obras, alterações de cronograma, horário de execução, intervenções e interrupções de serviços essenciais, com antecedência às atividades. Deverão ser programadas reuniões com os afetados e beneficiários para socialização de informações, consulta e, quando for o caso, formalização dos acordos apresentados.

A seguir, é apresentada uma descrição das orientações, planejamento e recursos necessários para realização de pleitos com comunidades:

- Definição do Local a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina.
- Data e Horário a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina e disponibilidade dos convidados com contingente mínimo.
- Tempo previsto: a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina.
- Definição de Recursos e Sistemas audiovisuais.
- Equipe definida para realização, considerando representantes da empresa executora da obra e representantes da executora.
- Sistema de registro e relatoria dos eventos

As oficinas e reuniões serão realizadas sob responsabilidade da UCP/PRODETUR, porém, com a participação da empreiteira contratada sempre que necessário.

7.4.1 Chamamento e Mobilização Social

A rede de contatos é ampla, porém, conta-se com a contribuição da equipe social da UCP/PRODETUR e outras entidades para o refinamento do *mailing list*. A princípio, deverão estar previstas participação das principais lideranças comunitárias, órgãos ou entidades locais, público diretamente afetado e representantes comunitários, de acordo com o escopo e conveniência de cada reunião. A divulgação deve ser reforçada através de convites impressos, convites eletrônicos, ofícios, carro de som, a depender da escolha da melhor alternativa de divulgação para alcance do público alvo.

Os moradores da região diretamente afetada pelas obras devem ser acionados e mobilizados através de contato com representantes ou pessoalmente.

Entidades governamentais e organizações sociais, bem como representantes da sociedade civil serão convidados através de ofícios e/ou e-mail sempre que o assunto for pertinente à tratativa com os mesmos.

7.4.2 Roteiro das Consultas e Reuniões

Parte 1: Recepção dos participantes, boas vindas e assinatura da lista de presença.

Parte 2: A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre a programação do evento. Nesse momento, também pode ser realizada a apresentação da entidade promotora da Consulta e, quando possível, uma breve apresentação dos participantes.

Parte 3: Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto e do escopo da reunião, em linguagem corrente e acessível ao público e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes.

Parte 4: Após a apresentação, será aberto um espaço para manifestação do público presente. Este é o momento para as pessoas exporem sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas. É uma oportunidade para a UCP/PRODETUR esclarecer as questões que surgirem, ao mesmo tempo que procura captar a realidade local do ponto de vista dos participantes. As questões serão anotadas para posterior avaliação e análise de sua pertinência e direcionamento no projeto. Neste momento, serão sanadas as questões possíveis de serem respondidas aos participantes, e para as não respondidas será dada uma previsão de encaminhamento e resposta.

Parte 5: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento.

Obs.: A consulta será registrada com ata, fotografias para documentação e lista de presença e acordos firmados.

7.4.2.1 Relatório de Consulta / Reunião

O Relatório das Consultas ou Reuniões deve apresentar os objetivos do pleito, evidenciando seus êxitos e falhas, com o intuito de colher questões e anseios da comunidade. Seu conteúdo deve apresentar:

- A data, local e hora da realização da mesma.
- Descrever as atividades envolvidas na elaboração da reunião abrangendo: a divulgação; organização; o registro e a disponibilidade de material e documentos para o pleito.
- Deve-se fazer uma descrição sumária da realização da Consulta Pública, incluindo tempo de duração e sequência de apresentação.
- Descrever como foi realizada a divulgação e o chamamento público.

Além dessas informações, serão necessários os seguintes conteúdos:

Relato das Atividades, Comentários, Perguntas e Respostas

Deve-se fazer um relato de todos os questionamentos feitos pela comunidade durante o processo de Consulta. Na sequência, devem ser apresentadas as questões e a solução dada ao questionamento. Durante o processo todas as questões deverão ser respondidas, porém, caso

haja alguma questão não respondida no momento do pleito, os dados do demandante deverão ser colhidos para que seja dada a resposta futuramente.

Registro Fotográfico

Apresentar registro fotográfico durante o evento.

Participantes

Contabilizar o total de participantes na Consulta Pública, caracterizando, se possível. Anexar a lista de presença.

Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas

Nas práticas envolvendo consulta às partes interessadas, deverá ser utilizado como instrumento norteador o Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas. O Manual foi produzido pela Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESG) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é integrante de uma série de boas práticas em avaliação e gestão de riscos e oportunidades ambientais e sociais. O objetivo da série é oferecer orientação para profissionais e autoridades econômicas sobre os requisitos de políticas e boas práticas internacionais, além de incentivar a aplicação sistemática e melhor coordenada dos princípios de sustentabilidade ambiental e social.

O Manual aborda os princípios e conteúdo que devem ser adotados para que um processo de consulta possa ser considerado “significativo”, sendo compatível com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do BID, refletindo seus requisitos explícitos e implícitos sobre os procedimentos a elas associados. Em linhas gerais, ele também é compatível com os requisitos das políticas de outras IFI’s e com a legislação nacional de vários países. O conteúdo da publicação também foi embasado por práticas internacionalmente reconhecidas criadas não apenas pelas IFI’s, mas também por organismos das Nações Unidas como o PNUD, pelo mundo acadêmico, sociedade civil e outros, tanto por meio da redação de políticas formais como de orientação e, de maneira mais informal, mediante experiência dinâmica com a prática de casos. Com o tempo, essa prática de casos pode vir a se formalizar ou se tornar mais explícita à medida que as políticas e procedimentos forem passando por atualizações.

7.4.3 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A UCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações de Consulta/Reunião com a comunidade.

7.5 Programa de Educação Ambiental – PEA

O Programa de Educação Ambiental é um conjunto integrado de proposições, ações e metodologias para uma educação ambiental local. Está voltado para a população diretamente afetada, comerciantes e demais usuários da Avenida Sete de Setembro, tendo como objetivo maior transformar a preocupação ambiental em prática.

7.5.1 Objetivos

Possibilitar o conhecimento pela população da importância da implantação do PRODETUR Salvador, conscientizando a comunidade e objetivando torná-la parceira na recuperação de áreas degradadas e na manutenção de um meio ecologicamente equilibrado, bem como cuidar das estruturas instaladas.

7.5.2 Atividades Propostas / Abordagens

O Programa de Educação Ambiental deve ser estruturado em ações interdependentes e complementares, definidas a seguir:

PRIMEIRA FASE

- Capacitar todos os funcionários contratados para execução dos trabalhos de requalificação da Av. Sete de Setembro;
- Formar e sensibilizar a população presente na área diretamente afetada com destaque, os vendedores ambulantes e outros comércios;
- Realizar 4 (quatro) exposições interativas com a temática ambiental ao longo da Av. Sete de Setembro;
- Distribuição de cartazes com temas socioambiental no canteiro de obras e outros locais estratégicos na Av. Sete de Setembro;
- Avaliação do trabalho executado nesta Primeira Fase;

SEGUNDA FASE

- Realizar a Primeira Semana Mundial de Meio Ambiente da Av. Sete de Setembro, em parceria com as entidades públicas e privadas da região;
- Realização de capacitações da população afetada e contratados pela construtora contratada para execução da Requalificação na Av. Sete de Setembro;
- Realização do Primeiro Mutirão de Coleta dos Resíduos Sólidos da Av. Sete de Setembro;
- Segunda Avaliação das atividades executadas;

O público-alvo deste programa pode compreender a população moradora no entorno das áreas de obras, bem como corpo docente e funcionários das unidades de ensino do entorno, comércios e serviços.

7.5.3 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A construtora será responsável pela implementação das ações previstas no PEA, sobre a supervisão da UCP/PRODETUR.

7.6 Programa de Gênero e Vulnerabilidade– PGV

O Programa de Gênero e Vulnerabilidade – PGV contempla ações que colaboram com a redução da pobreza e o favorecimento de níveis mais altos de capital humano para as gerações futuras. Através de ações de promoção e proteção às mulheres e pessoas em razão da vulnerabilidade, a igualdade na família, no mercado de trabalho, no acesso à tecnologia e serviços financeiros e na participação cívica e política, contribui para a eficácia dos esforços de desenvolvimento.

A igualdade entre homens e mulheres também tem valor intrínseco nas políticas públicas implementadas pela Prefeitura de Salvador e devem ser incorporadas no âmbito do PRODETUR.

7.6.1 Objetivos

O objetivo do PGV é fortalecer as metas e compromissos de promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. As ações previstas ajudarão a promover as políticas públicas locais e o cumprimento das salvaguardas do BID, atendendo sua missão de acelerar o desenvolvimento econômico e social no PRODETUR Salvador.

7.6.2 Atividades Propostas / Abordagens

Deverão ser planejadas atividades que envolvam os seguintes parâmetros e diretrizes na área de atuação/inserção do empreendimento:

- Atividades e ações que combatam casos de violência, inclusive o seu atendimento em situação identificada.
- Ações de promoção à cultura afro-brasileira.
- Ações de combate ao turismo sexual e violência sexual, incluindo jovens.
- Atendimento e direcionamento a ações de contingenciamento e condições de vida de moradores de rua.

As ações deverão ser implantadas em concordância com programas de governo já em execução, buscando criar sinergia com outras ações implementadas no município. Dentre os programas identificados que podem ser incorporados na agenda de ações, citam-se:

- Casa da Prefeitura de atendimento aos casos de violência Loreta Valadares;
- Envolvimento da Secretaria de Promoção Social Municipal e programas associados;
- Envolvimento da Secretaria Estadual Justiça, Direitos Humano e Desenvolvimento Social e programas associados;
- Programa Estadual Corra para o Abraço – programa definido para atendimento a moradores de rua.
- Núcleo de Atendimento à População de Rua – NUAR.

7.6.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante e logo após a finalização das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

7.6.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

AUCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações previstas neste Programa, em articulação com outras Secretarias e instituições que apresentam programas voltados ao tema.

7.7 Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços– PCIE

De acordo com o padrão de obras e os diagnósticos elaborados, não se prevê impactos econômicos significativos no entorno e, caso ocorram, tendem a ser temporários e bastante localizados, apenas enquanto ocorrerem as atividades de implantação do trecho da obra no local em questão. Tais impactos tem maior risco de ocorrência na fase de recuperação e revestimento do pavimento do passeio na área mais próxima às edificações ao longo da avenida, sendo esta atividade prevista na última etapa de obra.

De qualquer forma, é necessário prever ações de controle desses impactos. Previamente, deve-se analisar os locais por onde serão realizadas as melhorias, verificando-se as atividades comerciais e de serviços, principalmente serviços públicos essenciais, e os dias/horários mais adequados para a realização das obras.

7.7.1 Objetivos

Este programa visa reduzir ao máximo a possibilidade de afetações negativas que possam impactar comércios e serviços eventualmente localizados muito próximos à área de obras. Assim, são propostas soluções simples que visam possibilitar a redução ou mitigação da afetação, evitando passivos sociais e econômicos por conta das obras.

7.7.2 Atividades Propostas / Abordagens

A definição dos cronogramas de frentes de obras e localização de estruturas de apoio devem considerar a menor afetação a comércios/serviços e residências, de forma a não inviabilizar o acesso da população, carros e fluxo de pedestres.

Caso seja inevitável alguma afetação, deve-se primeiramente seguir as atividades previstas no Programa de Comunicação Social, entrando em contato com os eventualmente afetados para se construir uma solução em comum, devendo esta solução ser documentada. Deve-se seguir as seguintes ações alternativas:

- Pesquisar alternativas de implantação para evitar ou minimizar o impacto;
- executar as atividades relacionadas em horários e dias alternativos ou que ofereçam menor influência no acesso às edificações, previamente acordado com a comunidade lindeira;
- disponibilizar infraestrutura equivalente em local próximo (máximo 100 metros) do local afetado (garagem, por exemplo) e devidamente sinalizado; ou
- tornar possível a transposição do local impactado (por exemplo, através de chapeamento) diariamente ou em horários de maior circulação de forma a não gerar impactos significativos.

Alguns procedimentos específicos devem ser adotados para o caso de afetação em atividades econômicas em que não haja alternativa que evite o impacto econômico direto ao afetado, comprometendo seu modo/padrão de vida. Todos os casos deverão receber tratamento, independentemente de sua condição de ocupação do imóvel.

- Relocalização Rotativa – Consiste em retirar, provisoriamente, a atividade do local, proceder à construção da obra e retornar à atividade para o local de origem. A modalidade é indicada em especial para atividades que tenham a possibilidade de serem remanejadas temporariamente para imóveis próximos (menos de 1 km).

- Donos proprietários e/ou inquilinos (locatários ou em imóveis cedidos) dos imóveis usados exclusivamente para desenvolvimento de atividades de comércio e serviços poderão ser atendidos através de 03(três) alternativas excludentes: (i) Compensação adequada por perda de benfeitoria comercial temporária, como mecanismo de apoio à reinstalação física em outro imóvel comercial; (ii) reinstalação em outro imóvel comercial com apoio para desenvolvimento e formalização da atividade.

A implantação desse Programa deve garantir:

- Evitar criação de passivo social.
 - Manifesto na perda de fontes de sobrevivência e desaparecimento de postos de trabalho vinculados aos estabelecimentos comerciais, mesmo que temporário, e também às atividades econômicas desenvolvidas na própria moradia.
- Evitar empobrecimento patrimonial
 - Manifesto em perdas patrimoniais, inclusive de donos/prorietários não residentes, asseverando indenizações também para os casos dos proprietários/donos que alugam seus imóveis, quando for o caso.
- Evitar a dificuldade no acesso aos serviços públicos essenciais
 - Manifesto em obstrução do acesso a escolas e hospitais

7.7.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços deverá ser acionado imediatamente na ocorrência ou previsão de ocorrência durante toda a fase de construção.

7.7.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade do UCP/PRODETUR.

7.8 Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra - PDETCO

O Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra - PDETCO trata especificamente dos impactos e transtornos potenciais a serem ocasionadas pelas obras de requalificação da Avenida Sete de Setembro que implicará no deslocamento do comércio ambulante e poderá impactar o comércio/serviços existentes ao longo da avenida.

O BID determina que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação de imóveis, deslocamento de população e atividades econômicas deve contar com um plano para tratamento do tema.

A necessidade de deslocamento de comerciantes informais da Avenida Sete de Setembro, durante a implantação das obras, tem caráter temporário, tendo em vista a necessidade de intervenção nos espaços hoje ocupados e a segurança durante as atividades previstas. Portanto, faz-se necessário o manejo das atividades de forma temporária para que após a realização das obras possam retornar a ocupar os espaços da via revitalizada.

Segundo dados da SEMOP, são identificados 1002 (hum mil e dois) comerciantes ambulantes licenciados e mais 132 (cento e trinta e dois) não licenciados na Avenida Sete de Setembro.

7.8.1 Objetivos

O PDETCO visa analisar os riscos potenciais sobre o comércio ambulante e formal ocasionados pelo Programa além de estabelecer mecanismos que possibilitem:

- Minimizar os efeitos socioeconômicos adversos pela fase de implantação da obra
- Potencializar oportunidades favoráveis geradas pela implantação da obra
- Evitar a geração de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho e geração de renda em conformidade com a Política de Salvaguardas do BID

7.8.2 Atividades Propostas / Abordagens

As ações a serem desenvolvidas deverão obedecer às seguintes diretrizes gerais:

- a) Pluralidade de alternativas de tratamento: a todos os grupos de famílias afetadas, de acordo com os respectivos padrões, serão apresentadas alternativas de remanejamento.
- b) Participação nas decisões: as alternativas de tratamento apresentadas pelo empreendedor serão discutidas e negociadas com as famílias/comerciantes envolvidos, em fóruns especialmente montados para esse fim, considerando-se que o envolvimento das comunidades afetadas na definição das ações compensatórias e mitigatórias constitui a melhor garantia de obtenção de soluções satisfatórias para as partes envolvidas.
- c) Sinergia com os efeitos positivos do empreendimento: todas as ações a serem desenvolvidas no âmbito deste programa deverão acoplar-se com os efeitos sinérgicos resultantes da implantação da nova infraestrutura urbana, das melhorias no sistema viário e demais benefícios.
- d) Isonomia de tratamento: todos os comerciantes diretamente afetados serão objeto de atenção do empreendedor no âmbito do presente programa.
- e) Padrões de afetação: tendo em vista qualificar a diretriz de isonomia de tratamento, serão definidos padrões de afetação, aos quais deverão corresponder modos específicos de tratamento.
- f) Tratativas à população afetada e beneficiada, no tocante à priorização da mulher nas mitigações/compensações, a proteção aos direitos e reinserção social.

No âmbito deste PDETCO deve ser desenvolvido um Plano de Ação para a realização do deslocamento temporário das atividades. Tal plano deve apresentar, minimamente:

- Quadro de Referência sobre o PRODETUR, as obras previstas e os aspectos que envolvem a necessidade do deslocamento temporário.
- Caracterização diagnóstica das atividades econômicas a serem remanejadas durante a fase de obras, contendo tipologia, perfil do comércio e das famílias comerciantes, características dos negócios e sua localização, registro fotográfico das atividades.

- Caracterização do comércio formal/lojistas, incluindo, minimamente: caracterização do negócio, perfil do proprietário/gerente, visão sobre a obra a ser implantada, registro fotográfico das atividades.
- Perspectivas sobre o controle territorial.
- Identificação e caracterização dos órgãos e instituições relacionados com o tema.
- Política de atendimento, contendo a matriz de impactos, descrição das ações de mitigação/compensação, boas práticas identificadas em programas semelhantes; atenção específica à população vulnerável, propostas de promoção à adesão ao programa, proposta de programas para a qualificação profissional, proposta de controle do território pós-obra.
- Matriz de partes interessadas/atores sociais.
- Mecanismos de comunicação para atendimento a reclamações e queixas
- Proposta de monitoramento das ações com indicadores de processo e de resultado, e avaliação *ex-post*.
- Apresentação de um Plano de Ação com a estrutura institucional para realização das ações, responsabilidades, cronograma de realização e orçamento.

7.8.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços deverá ser acionado imediatamente na ocorrência ou previsão de ocorrência durante toda a fase de construção.

7.8.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade do UCP/PRODETUR.

ANEXO 1

Plano de Ação Corretiva dos Passivos Ambientais – PACPA

O Plano de Ação Corretiva – PACPA visa apresentar medidas para correção de passivos identificados no decorrer da implantação da obra, ajustando condutas e aplicando ações para evitar ou mitigar impactos não previstos ou que sejam resultado de ações não eficazes ao longo do processo de construção do empreendimento.

É comum situações adversas durante a construção de empreendimentos.

Ações de segurança na área da obra e do entorno imediato devem ser implantadas buscando a integridade de civis e trabalhadores durante a construção. A movimentação de máquinas e equipamentos, principalmente aqueles que estão relacionados com a fase de escavação e terraplanagem por serem máquinas de porte pesado, como retroescavadeiras, contempla riscos de acidente e devem ter em seu raio de atuação atenção especial na questão da segurança.

São identificados, na obra da Avenida Sete de Setembro, riscos relacionados à segurança no entorno imediato às obras nas áreas de movimentação dos equipamentos. Tal fato se configura, principalmente, pela insistente presença de comerciantes ambulantes que retornaram ao local original de atuação antes da finalização da obra, ou de ambulantes que ocuparam espaços ainda livres do passeio antes utilizados por outros ambulantes remanejados. O espaço residual dos passeios no qual as obras não estão sendo executadas tem largura limitada para o fluxo de pedestres. Observa-se que nesses locais há uma insistente permanência de ambulantes muito próximos à área de escavação e no qual a área encontra-se delimitada apenas por cerquite, o que possibilita o acesso direto de pessoas ao raio de atuação da obra.

Este programa deverá ser acionado, principalmente nas áreas de atuação de máquinas e equipamentos de maior porte, para a mitigação do passivo instalado. Além disso, é importante a continuidade das ações previstas para evitar que o passivo retorne.

a. Objetivos

O Plano de Ação Corretiva de Passivos Ambientais (PACPA) proposto tem como objetivo o controle adequado das áreas de entorno imediato às obras, realizando manejo dos comerciantes, em especial aqueles que se encontram lindeiros à área de atuação de máquinas e equipamentos que ofereçam riscos de acidente, e/ou a sua retirada do local de forma provisória até a finalização da fase de construção.

O objetivo é proteger a saúde e segurança da população, sejam comerciantes informais, ambulantes, lojistas ou transeuntes, provendo um ambiente seguro e confortável durante a implantação.

b. Atividades Propostas / Abordagens

Ações deverão ser tomadas para que a situação instalada seja remediada e controlada. É importante destacar que a remediação e manutenção da segurança perpassa os limites da obra alcançando seu entorno imediato, devendo-se considerar, ainda, ações que atinjam a comunidade potencialmente geradora do passivo. Portanto, este Plano de Ação deve contemplar, também, ações ligadas à comunicação e conscientização abarcadas no PCS e PEA. Deve também contar com a efetiva atuação da equipe social do PRODETUR Salvador, incluindo

a participação de outras Secretarias relacionadas com a fiscalização e ordenamento do uso dos espaços públicos.

As ações de mitigação previstas envolvem:

- Delimitação efetiva com barreiras físicas mais evidentes e eficientes no perímetro da obra. Sugere-se para tal medida a implantação de tapumes, cavaletes ou tambores/cones de segurança, em especial nos trechos de risco da obra que possuam ocupação recorrente.
- Considerar raio de segurança da obra, em especial no avanço do passeio remanescente aos trechos de escavação e terraplanagem em aproximadamente 1 metro do limite físico da obra.
- Promover a saída dos ambulantes atualmente no local incluindo campanha de conscientização dos riscos à saúde e vida nos locais de maior periculosidade.
- Implantar as medidas preferencialmente nos horários de menor movimento e de menor ocupação possível para ampliar o alcance da ação com a menor interferência e incômodo aos comerciantes.
- Incluir/ampliar sinalização de aviso dos riscos à saúde e de acidente nos trechos identificados.
- Promover ações de fiscalização contínua para que as áreas de maior risco não sejam novamente ocupadas indevidamente durante o período de obras.

c. Inserção do Programa no Cronograma

Esse programa deve ser acionado imediatamente a ocorrência do passivo, e deverá estar ativo por todo o período de obra nos trechos de maior risco a acidentes e à saúde humana.

d. Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A UCP/PRODETUR, Secretarias associadas e a Construtoras e a Supervisora contratadas para implantação das obras serão os responsáveis pela implementação das ações previstas neste Programa.

ANEXO 2

Código de Ética e Conduta

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA



“Integridade sempre será prioridade”

ÍNDICE

Carta ao Colaborador	4
Diretrizes de Ética Empresarial	5
• Compromissos da METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda	5
- Ética e cidadania corporativas	5
- Administração, transparência e prestação de contas	5
 Conduta com os públicos de relacionamento	 6
- Colaboradores	6
- Fornecedores	6
- Setor Público	7
- Mídia	7
 Diretrizes de Conduta no Ambiente de Trabalho	 7
• Conduta pessoal	8
• Conduta profissional	9
 Comunicação de Desvios Éticos	 9
 Sanções Administrativas	 10
Abrangência do Código de Ética e Conduta	10

MENSAGEM AO COLABORADOR

O nosso código de conduta é uma importante ferramenta de comunicação da empresa com seus colaboradores e com a sociedade, por meio da qual, podemos explicitar nossos valores e os comportamentos esperados e proibidos.

Este código, é dirigido a todos os nossos colaboradores, todos os membros da administração, como também a todos os estagiários que compõe a força de trabalho da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, para servir como referência na atuação profissional.

Nós devemos sempre defender o seu cumprimento. Por isso, é essencial que cada colaborador o leia atentamente, de maneira que possa usá-lo como guia de suas ações e decisões.

Temos a convicção de que esta ferramenta de trabalho é extremamente útil e importante para transformar nossa conduta pessoal e profissional em exemplo para todos.

DIREÇÃO

MISSÃO

Atuar de forma íntegra e rentável, com responsabilidade social e ambiental no mercado nacional, fornecendo serviços de engenharia adequados às necessidades dos clientes, contribuindo para o desenvolvimento e bem estar da sociedade.

VISÃO

Ser reconhecida e respeitada pelos serviços prestados aos órgãos públicos e iniciativa privada, com qualidade na execução e satisfação plena da sua equipe.

VALORES

O consórcio Av. sete está consolidada nos seguintes valores:

- Ética
- Inovação
- Confiança
- Qualidade
- Excelência
- Transparência
- Comprometimento
- Respeito pelo meio ambiente

DIRETRIZES DE ÉTICA EMPRESARIAL

• Compromissos do Consórcio Nova Av. Sete

Ética e Cidadania Corporativas

- Não admitimos nenhum tipo de exploração, assédio, discriminação e desrespeito em nossas atividades e no nosso ambiente de trabalho
- Incentivamos a adoção de práticas de sustentabilidade empresarial com foco no desenvolvimento socioambiental.
- Inadmissível o uso de qualquer tipo de imposição ou constrangimento em nossas operações e negócios.
- Cumprimos estritamente as legislações, as normas e regulamentos do país e de todos os Estados e Municípios que mantemos operações.
- Todas as informações necessárias aos nossos públicos de relacionamento, para tomadas de decisões a respeito da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, devem ser repassadas com clareza e corretamente.
- Adotamos políticas e práticas destinadas a prevenção e combate a toda forma de pagamento ou recebimento ilícito ou obtenção de vantagens pessoais e privilégios, fraudes, lavagem de dinheiro, potenciais conflitos de interesse, e etc.
- O uso de informações classificadas como confidenciais, deve ser exclusivamente para fins profissionais, sendo proibido utilizá-las em benefício próprio ou de terceiros, com a finalidade diversa daquela para a qual a informação foi divulgada.

Administração e Transparência

- Devemos adotar práticas de governança corporativa, no intuito de garantir:
 - Uma administração honesta, diligente e prudente;
 - A boa reputação da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**;
 - A satisfação dos clientes

- O alinhamento das atividades da **Compromissos da METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, com os compromissos destacados neste código e nas diretrizes de sustentabilidade, gestão de pessoas, gestão de riscos, controles financeiros, auditoria, compliance, controles internos e segurança corporativa;
- A tempestividade nas informações sobre os propósitos e decisões **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**.
- A clareza dos nossos contratos assegurando os direitos e deveres das partes.

• **Conduta com os públicos de relacionamento**

Colaboradores

- Respeitamos os direitos políticos e trabalhistas dos colaboradores;
- Não é admitido qualquer forma de discriminação ou assédio;
- Nosso processo de gestão de pessoas deve sempre respeitar a transparência e a imparcialidade.

Fornecedores

- Devemos respeitar critérios justos e transparentes na seleção e contratação de fornecedores;
- Não compactuamos com o descumprimento da legislação trabalhista, como também não admitimos qualquer tipo de trabalho degradante (escravo, infantil, etc.) em nosso ambiente de trabalho, como também por parte de qualquer parceiro comercial;
- É terminantemente inaceitável qualquer prática de corrupção, suborno, favorecimento pessoal, propina, e demais formas de atos ilícitos e criminosos em nosso ambiente de trabalho e nas nossas relações comerciais.

Setor Público

- Ideologias políticas e partidárias não devem e nem podem influenciar nas tomadas de decisões do consórcio;
- Parcerias e Contribuições para o setor público devem:
 - Estar em conformidade com a legislação cabível e de acordo com as nossas diretrizes corporativas.

Mídia

- Reconhecemos e respeitamos o papel da imprensa no seu dever de informar a opinião pública.
- Nosso relacionamento com a mídia deve ser norteado em princípios de veracidade e independência.

DIRETRIZES DE CONDUTA NO AMBIENTE DE TRABALHO

O modo como exercemos nossas tarefas e nos comportamos no nosso ambiente de trabalho, revela o valor que atribuímos aos outros e a nós mesmos. Nossas atitudes e hábitos, da mesma forma que inspiram confiança, podem gerar descrédito, gerando insatisfações pessoas e profissionais.

Assim, devemos, sempre, aprimorar a qualidade de nosso trabalho, semeando ambientes motivadores, protegendo nossa dignidade pessoal.

Conduta Pessoal

- Cumpra sempre as políticas e normas, processos e procedimentos estabelecidos. Só faça aquilo que tem certeza que pode fazer, na dúvida, busque orientação com seu gestor imediato, ou no setor de Recursos Humanos;
- Busque sempre a cordialidade nos relacionamentos. Procure solucionar desentendimentos ou mal entendidos com prudência e cuidado;
- Ouça com atenção e respeite a opinião alheia, mesmo que você discorde dela;
- Ajude os colegas a realizar um bom trabalho, respeitando sempre, as suas funções;
- Jamais induza alguém a erro, ou cause-lhe prejuízo;
- Não use o nome da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, cargo ou influência, para obter benefícios pessoais ou para parentes, amigos ou terceiros;
- Não discrimine alguém por sua etnia, gênero, ou por suas preferências políticas, sexuais, religiosas, culturais ou por suas deficiências;
- Não pratique condutas ofensivas, sejam físicas, verbais ou gestuais;
- Não reproduza boatos;
- Em caso de erro, não oculte o fato, seja transparente e esforce-se para mitigar as consequências;
- Preserve as instalações, equipamentos e materiais de trabalho, sendo este de uso restritamente profissional. Somente utilize para fins pessoais em caso de emergência, que não traga riscos a integridade dos bens da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**;
- Imprescindível a apresentação ao ambiente de trabalho em estado sóbrio, de normalidade (sem embriaguez, uso de drogas, etc.);
- Zele pela aparência pessoal, vestindo-se adequadamente a função desempenhada;

- Não transmita informações de cunho profissional, do **Consórcio Nova Av. Sete**, ou situações de cotidiano, em redes sociais.

Conduta Profissional

- Realize seu trabalho com foco nos interesses do **Consórcio Nova Av. Sete**, e em conformidade com este Código de Ética e Conduta;
- Jamais aconselhe, difunda informações ou negocie com base em rumores ou dados não confiáveis;
- No relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros comerciais, procure o responsável competente para atender solicitações ou resolver conflitos que esteja, fora das suas atribuições;
- Não fale em nome da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda** sem autorização prévia;
- Não use redes sociais e softwares não disponibilizados pela Metro Engenharia para realizar suas atividades profissionais.
- Respeite a privacidade dos clientes, fornecedores e parceiros comerciais da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, mantendo em sigilo seus cadastros, informações, operações e serviços contratados;
- Proteja e impeça o vazamento de qualquer documento ou informação que possa causar prejuízo ou desconforto a pessoas ou empresas.

COMUNICAÇÃO DE DESVIO ÉTICOS

Todos os colaboradores em conjunto com a administração do **Consórcio Nova Av. Sete** tem a responsabilidade no fiel cumprimento deste Código de ética e Conduta. Toda suspeita ou conhecimento de violação de suas diretrizes, deve ser prontamente comunicada ao seu gestor e não havendo esta possibilidade, diretamente a direção da empresa, devendo sempre ser resguardado o sigilo e a confidencialidade da pessoa.

Sanções Administrativas

Administradores e colaboradores que violarem o Código de ética e Conduta do **Consórcio Nova Av. Sete**, estarão sujeitos às sanções disciplinares.

Abrangência deste Código de Ética e Conduta

As diretrizes deste Código de Ética e Conduta, devem ser seguidas por todos os colaboradores da **METRO ENGENHARIA E CONSULTORIA/ BSM CONSTRUTORA Ltda**, inclusive pelos seus administradores.



ANEXO 3

Ofício da Transalvador sobre as Medidas de Mitigação de Tráfego

OF Nº 209/2017

Salvador, 19 de dezembro de 2017.

De: **Diretoria de Trânsito**
Para: **Gabinete da Transalvador**
Sr. Fabrício Muller

Assunto: Obras de Requalificação da Av. Sete de Setembro / PRODETUR
Mitigação de Tráfego

Sr. Superintendente,

Em análise às observações emanadas pela Equipe Técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento a respeito da necessidade de se propor novas medidas mitigadoras de tráfego durante a execução das Obras de Requalificação da Av. Sete de Setembro, temos a informar que nos manifestamos favoravelmente a tal posicionamento, apresentando para tanto as seguintes medidas:

1. Av. Sete de Setembro:

- a. Desvio das linhas de ônibus para as Ruas Politeama, Direita da Piedade e Av. Joana Angélica.
- b. Proibição de circulação de caminhões e de carga e descarga, nos dias úteis das 07 às 19h, e sábados das 07 às 14h.

2. Av. Carlos Gomes:

- a. Reserva de vagas para caminhões de pequeno porte, em apoio às atividades de carga e descarga.

Segue, em anexo, um croquis representativo das proposições descritas. Oportunamente, informamos que na Cidade do Salvador, na área em análise já é proibido a circulação de caminhões de grande porte nos períodos mencionados no item 1. Expostas estas considerações, ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Marcelo Corrêa
Diretor de Trânsito

Obras Av. Sete de Setembro

Desvios de Tráfego



Intervenções Mitigadoras

1. Av. Sete de Setembro:

a. Desvio das linhas de ônibus para as Ruas Politeama, Direita da Piedade e Av. Joana Angélica.

b. Proibição de circulação de caminhões e de carga e descarga, nos dias úteis das 07 às 19h, e sábados das 07 às 14h.

2. Av. Carlos Gomes:

a. Reserva de vagas para apoio às atividades de carga e descarga.